

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA
2016/2017**



TII

**MODELOS DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NA UTILIZAÇÃO DE
INFRAESTRUTURAS DA DEFESA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Pedro Henrique da Silva Horta
CAP/TPAA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**MODELOS DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NA UTILIZAÇÃO DE
INFRAESTRUTURAS DA DEFESA**

CAP/TPAA/ PEDRO HENRIQUE DA SILVA HORTA

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-FA

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**MODELOS DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NA UTILIZAÇÃO DE
INFRAESTRUTURAS DA DEFESA**

CAP/TPAA Pedro Henrique da Silva Horta

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-FA

Orientador: TCOR/TMAA

Vale Lima

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Anti plágio

Declaração de compromisso Anti plágio

Eu Pedro Henrique da Silva Horta declaro por minha honra que o documento intitulado Modelos de Cooperação Civil-militar na utilização de infraestruturas da Defesa corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CPOS 2016/2017 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 26 de junho de 2017

Pedro Henrique da Silva Horta



Agradecimentos

Agradeço ao meu Orientador, TCOR/TMMA Vale Lima, pela disponibilidade sempre demonstrada em contribuir para o limar das imperfeições, pois sem ele tarefa mais árdua se afigurava.

À minha esposa Isabel e aos meus filhos Beatriz, João e Francisca pela força que me transmitiram pelo exemplo, fazendo-me lembrar, permanentemente, que a felicidade consiste na superação das dificuldades.

Igualmente aos camaradas Oficiais, Sargentos e Praças que me foram auxiliando e iluminando ao longo deste período e que sem eles não era possível a conclusão do presente trabalho, em especial a todos aqueles que acederam colaborar, quer através das entrevistas ou cedência de documentos, com o presente trabalho.

Por fim uma palavra para os camaradas do CPOS 2016/2017. Graças a vós tornei-me melhor Oficial do que era quando cheguei.



Índice

Introdução.....	1
1. Revisão da Literatura, Modelo de Análise e Metodologia	4
1.1. Revisão da Literatura.....	4
1.2. Modelo de Análise.....	5
1.3. Metodologia.....	6
2. Gênese e Atualidade da Partilha de Infraestruturas	12
2.1. Teleologia.....	12
2.2. Enquadramento Legal.....	12
2.2.1. Os primórdios.....	12
2.2.2. A Evolução.....	13
2.2.3. A atualidade.....	13
2.3. O procedimento instituído na Força Aérea.....	15
2.4. Caracterização dos Protocolos em vigor.....	16
2.4.1. Dos protocolos em vigor.....	16
2.4.2. Da análise.....	17
3. Níveis de Cooperação e Conflito	18
3.1. Dos dados.....	18
3.2. Os Objetivos.....	19
3.3. Os Meios.....	21
3.4. Os Resultados.....	24
3.5. O Global.....	27
Conclusões.....	32
Bibliografia.....	37

Índice de Apêndices

Apêndice A — Modelo de Análise	Apd A-1
Apêndice B — Respostas – Dimensão Cooperação - Objetivos.....	Apd B-1
Apêndice C — Respostas – Dimensão Cooperação - Meios	Apd C-1
Apêndice D — Respostas – Dimensão Cooperação - Resultados.....	Apd D-1



Apêndice E —	Resposta – Dimensão Conflito - Objetivos	Apd E-1
Apêndice F —	Resposta – Dimensão Conflito – Meios	Apd F-1
Apêndice G —	Respostas – Dimensão Conflito - Resultados	Apd G-1
Apêndice H —	Grelha de Entrevistas (Indicadores)	Apd H-1
Apêndice I —	Protocolos em Vigor na Força Aérea	Apd I-1
Apêndice J —	Conceitos Estruturantes.....	Apd J-1

Índice de Apensos

Apenso A —	Nota n.º 021438 do GABVCEMFA de 13NOV2015	Aps A-1
------------	-------------------------------------------------	---------

Índice de Figuras

Figura 1 – Escala de Cooperação	8
Figura 2 - Gráfico Dialético Cooperação vs. Conflito.....	9
Figura 3 - Mapa Cartesiano Teórico da confirmação das Hipóteses	10
Figura 4 - Conceptualização da Cooperação vs. Conflito	10
Figura 5 - Componente Objetivos	20
Figura 6 - Componente Meios	22
Figura 7 - Componente Resultados	25
Figura 8 - Global - Realidade Existente	28
Figura 9 - Global - Desejável	29
Figura 10 - Global - Existente Vs Desejado - Entidades Militares	30
Figura 11 - Global - Existente Vs Desejado - Entidades Civas	30
Figura 12 - Caracterização das Relações de Cooperação	31

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Quantitativo e Localização das Infraestruturas Partilhadas.....	16
Tabela 2 – Onerosidade dos Protocolos	16
Tabela 3 – Do tipo de Infraestruturas	16
Tabela 4 – Data de celebração dos Protocolos	17
Tabela 5 – Entidades Protocoladas	17
Tabela 6 – Grupos Alvo	18
Tabela 7 - Grupos de Análise	18
Tabela 8 - Indicadores da Componente Objetivos.....	19



Tabela 9 - Respostas dos Objetivos	19
Tabela 10 - Indicadores da Componente Meios	21
Tabela 11 - Respostas dos Meios	22
Tabela 12 - Indicadores da Componente Resultados.....	24
Tabela 13 - Respostas dos Resultados	25
Tabela 14 - Respostas - Global.....	28



Resumo

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII), tem por objetivo procurar caracterizar os modelos de utilização de infraestruturas da Defesa atuais quanto à sua natureza relacional de Cooperação e/ou de Conflito, procurando desta forma compreender a que nível estas se encontram, através da análise de diversos indicadores e pesquisas bibliográficas, auxiliando-se da construção de um índice de avaliação da referida natureza relacional.

No presente TII seguiu-se um raciocínio hipotético-dedutivo, adotando no domínio metodológico uma estratégia quantitativa com reforço qualitativo usando como instrumento de recolha de dados, a técnica de entrevistas estruturadas e a pesquisa bibliográfica e documental.

Quanto ao desenho de pesquisa, é um estudo de caso da sua aplicação na Força Aérea Portuguesa.

Este estudo inicia-se com a seguinte pergunta de partida (PP): “Em que medida os modelos de cooperação civil-militar no âmbito da utilização de infraestruturas da Defesa são essencialmente relações de cooperação ou conflito?”. Da análise dos diversos indicadores e dimensões, concluiu-se que os interesses dos intervenientes conduziram a relações de partilha marcadas pela elevada cooperação e baixo conflito, mas cujos interesses recaem no aprofundamento da cooperação com eventual acréscimo da relação conflitual.

Palavras-chave

Infraestruturas, Defesa, Partilha, Cooperação e Conflito.



Abstract

The purpose of this research paper is to try to characterize current models of defense infrastructure sharing in relation to their relational nature of Cooperation and / or Conflict, to understand the level of these through analysis of several indicators and bibliographical researches, helping to construct an index of evaluation of said relational nature.

In the present TII a hypothetical-deductive reasoning was followed, adopting in the methodological domain a quantitative strategy with qualitative reinforcement using as instrument of data collection the technique of structured interviews and the bibliographical and documentary research.

As for the research design, it is a case study of its application in the Portuguese Air Force.

This study begins with the following starting question (PP): "To what extent are the models of civil-military cooperation in the field of the sharing of defense infrastructures essentially relations of cooperation or conflict?" From the analysis of the various indicators and dimensions, it was concluded that the interests of the actors led to sharing relations marked by high cooperation and low conflict, but whose interests lie in the deepening of cooperation with the eventual increase of the conflict.

Keywords

Infrastructure, Defense, Sharing, Cooperation and Conflict.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CM	Conselho de Ministros
CPOSFA	Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea
DGRDN	Direção Geral de Recursos de Defesa Nacional
DJFA	Departamento Jurídico da Força Aérea
DL	Decreto-Lei
DN	Defesa Nacional
FFAA	Forças Armadas
H	Hipótese
IUM	Instituto Universitário Militar
LPIM	Lei de Programação de Infraestruturas Militares
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MF	Ministério das Finanças
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
TII	Trabalho de Investigação Individual



Introdução

As exigências de reorganização, com vista à otimização e conseqüente redução ou rentabilização dos meios atribuídos aos Ramos das Forças Armadas têm observado, nos últimos anos, características de verdadeiro imperativo Nacional.

A atual conjuntura econômica nacional e internacional implica uma gestão criteriosa dos recursos necessários às FFAA para que as mesmas continuem a responder de forma eficaz e eficiente às missões que lhe são cometidas, quer de âmbito nacional, quer de âmbito internacional (Ramalho, 2012, p. 1).

Tal poderá justificar-se por vários motivos, que, concorrendo entre si, ditaram, nos últimos oito anos, a uma necessidade de revelação de instrumentos legais que enquadrassem não só os objetivos, mas também os meios e procedimentos envolvidos.

Entre a vontade política, que, através de instrumentos de rentabilização das infraestruturas da Defesa procura financiar a modernização e adequação dos meios ao dispor dos Ramos, e a efetiva rentabilização dos mesmos (já para não se abordar a questão da modernização), há um caminho, jurídico, volitivo, ou até cognitivo, que os separam.

Contudo, se os estudos anteriores recaíram sobre perspectivas econômicas, logísticas e financeiras, aqui propõe-se uma rutura que procure compreender o fenómeno da Partilha de Infraestruturas da Defesa, no âmbito da Cooperação Civil-Militar, sob uma perspectiva sociológica na esteira do reconhecimento científico que “uma relação social apresenta-se como uma cooperação conflitual entre atores que cooperam (...) mas que entram em conflito inevitavelmente devido às suas posições desiguais na cooperação” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 111).

Ou seja, procurar-se-á descrever, com base nos ensinamentos de Émile Durkheim, Alain Touraine e de Campenhoudt, reconhecendo que cada ator está em negociação com os outros em que cada um dos quais permanece um jogador que faz contratos, (Touraine, 1982, p. 96) se a partilha de infraestruturas militares se assume como predominantemente de cooperação ou de conflito de interesses, revelando desta forma não só os caracteres dos modelos existentes mas igualmente das expectativas, em busca de uma melhor partilha e cooperação.

Desta forma o presente TII terá como objeto de estudo a dialética subjacente aos modelos de partilha das infraestruturas da defesa no âmbito da cooperação civil-militar, em



concreto os seus níveis de cooperação e conflito, procurando, desta forma analisar a realidade da sua aplicação atual e futura.

Considerando as restrições temporais e textuais à elaboração de um TII desta natureza, delimitou-se o estudo à Força Aérea, ficando por estudar todas as outras formas de rentabilização, bem como a sua aplicação atual no restante universo da Defesa.

Pelo que, o presente TII tem por objetivo procurar caracterizar os modelos atuais quanto à sua natureza relacional de Cooperação e/ou de Conflito, procurando compreender a que nível estas se encontram, através da análise de diversos indicadores e pesquisas bibliográficas, auxiliando-se da construção de um índice de avaliação da referida natureza relacional, conforme mapa conceptual em Apêndice A do presente trabalho.

Como variáveis, sem prejuízo de outra aglomeração dos indicadores, foram identificadas as dimensões relativas aos (i) objetivos, (ii) aos meios, (iii) e aos resultados.

Tal estudo, de identificação, descrição e análise do comportamento das variáveis, permitirá concluir sobre a eventual necessidade de serem corrigidos procedimentos, meios ou até o próprio enquadramento jurídico-doutrinário.

Assim, os objetivos específicos que foram delineados para este trabalho de investigação são os seguintes:

- Identificar a Legislação aplicável;
- Identificar a operacionalização dos modelos;
- Identificar e analisar os modelos em vigor.
- Identificar e analisar a influência e correlação entre as variáveis.

Este estudo inicia-se com a seguinte pergunta de partida (PP): “Em que medida os modelos de cooperação civil-militar no âmbito da utilização de infraestruturas da Defesa são essencialmente relações de cooperação ou de conflito?”

No presente TII seguiu-se um raciocínio hipotético-dedutivo, adotando no domínio metodológico uma estratégia quantitativa com reforço qualitativo, usando como instrumento de recolha de dados a técnica de entrevistas estruturadas e a pesquisa bibliográfica e documental.

Quanto ao desenho de pesquisa, é um estudo de caso.

O presente trabalho está dividido tematicamente por capítulos, agregados em Introdução, Corpo e Conclusões na seguinte estrutura:

A Introdução que abraçará a relevância do presente estudo e a metodologia adotada.



Após o que se adentrará no Corpo do trabalho com três capítulos, cada um referente aos grandes vértices da abordagem ao estudo de caso, sendo o primeiro dedicado à revisão da literatura, modelo de análise e metodologia, o segundo relativo ao enquadramento nas suas vertentes normativas, teleológicas e análise dos modelos em vigor e por fim um terceiro relativo aos níveis de cooperação e de conflito.

Por fim se concluirá, incluindo-se igualmente as recomendações e a Bibliografia consultada.



1. Revisão da Literatura, Modelo de Análise e Metodologia

1.1. Revisão da Literatura

Através da pesquisa realizada, foi possível fazer uma referenciação quer da (i) legislação em vigor, mas igualmente e de forma breve dos (ii) processos histórico-jurídicos de cedência de infraestruturas do Domínio Público da Defesa, bem como (iii) das teses e outros documentos científicos sobre o tema.

Relativamente ao tema abrangente da Partilha de Infraestruturas da Defesa e sua rentabilização, foram encontrados três estudos centrados essencialmente nessa temática e outros relativos a aspetos colaterais, mais aportados na questão operacional do registo de imóveis e sua caracterização.

Assim revelam-se de extrema importância as investigações intituladas “*Utilização partilhada das infraestruturas da Defesa*” (Marques, 2012), “A Problemática da Utilização da Capacidade Sobrante das Infraestruturas” (Vaz, 2009) e “*Parcerias público-privadas no apoio à missão*” (Ramos, 2008) entre outros consultados e citados no presente trabalho.

Das suas conclusões constam a exequibilidade da utilização da capacidade sobrante das infraestruturas da defesa (Marques, 2012, p. VII), sua rentabilização (Vaz, 2009, p. V), apontando-se um modelo de gestão (Vaz, 2009), ou definindo os “(...) aspetos que deverão ser sempre equacionados, por forma a adequar os futuros protocolos às condições legais e à melhor gestão dos bens imóveis militares” (Marques, 2012).

Da mesma forma as questões técnicas, operacionais e em especial as relativas à manutenção da eficácia e eficiência das infraestruturas existentes e da sua afetação pela partilha foram igualmente tidas em conta em trabalhos de investigação (Carvalho, 2009), assumindo-se como verdadeiros limites ao nível de cooperação a promover.

Os temas referidos, refletindo o estado atual da arte, conseguiram enquadrar a questão em apreço, analisá-la comparativamente entre ramos, bem como com países geograficamente próximos.

Apesar de reconhecerem a capacidade ou potencialidade da partilha de infraestruturas com vista à sua rentabilização, foi sempre apontado pelos autores como sendo um processo que apresenta fragilidades que necessitam de ser acauteladas: “Contextualmente, a viabilidade de utilização de uma capacidade depende da situação organizacional, normativa e até do tipo de utilizador, podendo revelar-se inadequada, escassa ou excessiva, perante os fatores referidos” (Vaz, 2009, p. 39).



Por outro lado, os outros estudos doutrinários existentes sobre tal realidade são os de (i) Doutrina Geral dos Contratos, da Lei Civil e da Legislação Administrativa, que são os próprios da ciência jurídica geral ou então as (ii) Teorias da Relação Social, já referidas anteriormente.

Desta forma, constatou-se que não existem estudos que analisem a forma como essa “relação organizacional” ou “tipo de utilizador”, suas disponibilidades e vontades podem influenciar a viabilidade de utilização partilhada das infraestruturas da defesa.

Pelo que se conclui pela necessidade de um estudo que analise os modelos existentes, a busca da partilha através de modelos de cooperação, ou até a busca da cooperação através da partilha, procurando perceber qual o nível de cooperação e conflito que comportam ou se projetam e as consequências que resultam dessa realidade.

Tornou-se igualmente e conseguiu-se enquadrar, conforme Apêndice J, definir os conceitos em análise revelando-se a definição do tema do presente trabalho.

Considerou-se então que a partilha de infraestruturas, no âmbito da cooperação, reveste uma natureza de relação social, sendo as entidades militares e civis envolvidas atores sociais, que se irão relacionar com vista quer ao estabelecimento dos próprios modelos, quer na prossecução e desenvolvimento dos mesmos.

Procura-se fazer aparecer as relações por detrás das situações (Touraine, 1982, p. 30), com vista a caracterizar a realidade do fenómeno.

1.2. Modelo de Análise

O desenvolvimento do presente trabalho de investigação teve por base a seguinte pergunta de partida (PP): “Em que medida os modelos de cooperação civil-militar no âmbito da utilização das infraestruturas da Defesa são essencialmente relações de cooperação ou de conflito?”

Por uma questão de lógica e pertinência foi tal realidade, a dos modelos, dividida em objetivos, meios e resultados, o que permite, para além de sistematizar o presente estudo, abrir portas para investigações futuras, de vertente mais económica ou de engenharia organizacional, que poderão facilmente transportar e estudar as relações entre estas três dimensões, nas relações entre elas, ou seja Eficácia (Objetivos-Resultados), Pertinência (Objetivos-Meios) e Eficiência (Meios-Resultados).

Nesse sentido e como corolário surgiram as seguintes perguntas derivadas (PD):



PD1: Os objetivos da Força Aérea e entidades civis relativamente aos processos de utilização das infraestruturas da Defesa conduzem a que nível de cooperação e de conflito?

PD2: Os meios adstritos pela Força Aérea e Entidades civis conduzem a que nível de cooperação e de conflito?

PD3: Os resultados dos processos de utilização são percecionados pelos envolvidos a que nível de cooperação e de conflito?

Pelo que se adiantam as seguintes hipóteses:

H1: Os objetivos próprios dos intervenientes conduzem a relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito.

H2: Os meios adstritos conduzem a relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito.

H3: Os resultados são percebidos pelos intervenientes como relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito.

1.3. Metodologia

Foi então necessário estabelecer a metodologia que nos permitisse abordar o presente tema.

Para tal, apoiamo-nos na investigação de Campenhoudt (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 120) já referida, em que face à desigualdade dos meios e das posições de cada um dos atores, as regras que regulam a troca fazem-se sempre com vantagem para quem dispõe dos melhores trunfos (infraestruturas, capital). Pelo que daqui, deste desequilíbrio da própria cooperação, é criado o próprio conflito, o que tornará conflitual qualquer cooperação.

Mas para se avaliar o nível de cooperação e de conflito, a fim de caracterizar os próprios atores e a relação existente, tornou-se necessário atribuir características a que correspondem indicadores da dimensão cooperação e conflito (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 120).

Tais indicadores inexistentes previamente para o objeto do presente estudo, tiveram que ser construídos por nós, quer suportados pelo empirismo que derivou das entrevistas exploratórias quer depois, obviamente, pela adaptação da própria construção proposta por Campenhoudt (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 120 a 129) que apontou para a dimensão da cooperação a sua divisão em quatro componentes, dos quais deriva o caminho para a definição dos indicadores.



Desta forma foi considerada importante a apreciação dos trunfos, recursos, pertinência e seu reconhecimento pelos atores, o respeito pelas regras e o grau de implicação.

Quanto ao conflito, igualmente dividido em quatro componentes, foram considerados como fundamentais a capacidade de identificar os atores e o que está em jogo, a manifestação do desacordo quanto às regras, o uso da sua margem de liberdade e a capacidade de usar, em proveito próprio, os seus trunfos.

Desta forma, foi construído o mapa conceptual em Apêndice A do presente trabalho, com a definição de componentes e posteriores indicadores que pudessem posteriormente ser analisados por forma a revelar a realidade do nível de cooperação e conflito subjacente aos modelos de cooperação civil-militar na utilização das infraestruturas da Defesa.

Tais resultados são analisados no capítulo 3 do presente trabalho, onde se dará resposta às PD.

Assim, no presente TII propusemo-nos seguir um raciocínio hipotético-dedutivo, adotando no domínio metodológico uma estratégia quantitativa com reforço qualitativo (a fim de enquadrar a realidade sobre a qual recairá o presente estudo) e usando, como instrumento de recolha de dados, a técnica de entrevistas estruturadas e semiestruturadas e a pesquisa bibliográfica e documental.

Quanto ao desenho de pesquisa, apresenta-se como um estudo de caso, delimitado à Força Aérea.

Assim o percurso foi dividido em Fase Exploratória, Fase Analítica e Fase Conclusiva.

Na Fase Exploratória, foi efetuada uma pesquisa Bibliográfica e Documental, em especial da Legislação enquadrante do fenómeno em apreço, bem como dos trabalhos de investigação que tenham abordado o presente tema, ainda que sob diferentes perspetivas.

Partiu-se depois para uma breve referenciação dos normativos internos, bem como dos procedimentos em vigor, através de entrevistas exploratórias as quais possibilitaram a elaboração do presente projeto de investigação, tendo-se reunido conceitos, variáveis, delimitação do estudo e hipóteses.

Na Fase Analítica, procedemos à recolha e análise dos dados. Apontando-se como relevantes o aprofundamento da pesquisa bibliográfica, em especial todo o corpo jurídico conexo, bem como a caracterização atual dos modelos em vigor na Força Aérea e dos procedimentos para a sua implementação.



Foram ainda realizadas entrevistas, estruturadas, cuja grelha se encontra em Apêndice, dirigidas aos vários intervenientes no processo de Cooperação Civil-Militar na utilização de Infraestruturas da Defesa.

Por uma questão de racionalização de recursos, optou-se por um método de recolha não aleatório, sendo dirigidas àqueles destinatários que, numa opção empírica do investigador baseada nas investigações exploratórias, foram considerados como aqueles que melhor traduziriam de forma fundamentada a realidade.

Enquadra-se assim na modalidade de amostragem por contraste, em que através da entrevista a pelo menos dois indivíduos de cada grupo pertinente para o objeto de pesquisa, a generalização é apoiada segundo hipóteses teóricas empiricamente fundamentadas (Guerra, 2006, p. 45).

Recolheram-se dados de vários universos, sendo um grupo constituído por especialistas, responsáveis por entidades que não têm relações de cooperação com a Força Aérea no âmbito da Partilha de Infraestruturas, mas cuja área de intervenção foi identificada como pertinente. O outro grupo foi constituído por Comandantes de Unidades da Força Aérea, que se pronunciaram, sobre os mesmos indicadores e questões, relativamente aos usos partilhados em vigor, caracterizando-os em termos de cooperação e conflito, seguido das mesmas questões, mas agora relativas não ao que existe, mas ao que deveria existir. Foi encontrado um terceiro grupo constituído por entidades que fazem uso, de diversas formas e sob diversas titularizações, de infraestruturas da Força Aérea, sendo chamadas a pronunciar-se sobre a forma como caracterizam tais usos.

As respostas, por operação de média simples, foram reduzidas a valores de cooperação e de conflito nas várias componentes, numa escala de 0 a 5 conforme a seguinte figura.



Figura 1 – Escala de Cooperação

Fonte: (Quivy & Campenhaut, 2005)



Posteriormente, foram analisadas isoladamente, por grupo, por componentes e dialeticamente Cooperação vs. Conflito, daí se procurando partir para as respostas às perguntas derivadas, conforme a seguinte figura-exemplo:

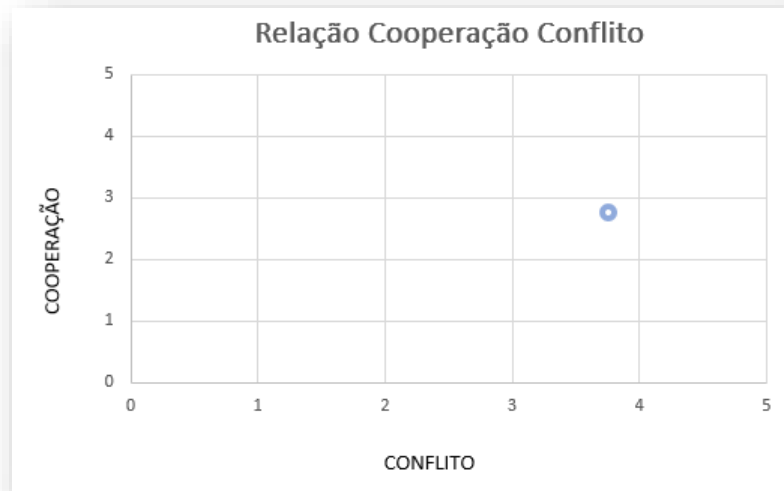


Figura 2 - Gráfico Dialético Cooperação vs. Conflito

Fonte: (Adaptado de Quivy & Campenhoudt, 2005)

As respostas assim analisadas permitirão testar as hipóteses, pois segundo Campenhoudt (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 127) estas serão [confirmadas] se os factos revelarem que os atores se situam junto às coordenadas esperadas para o nível de cooperação e conflitos apontados para cada uma das componentes, como no exemplo abaixo.

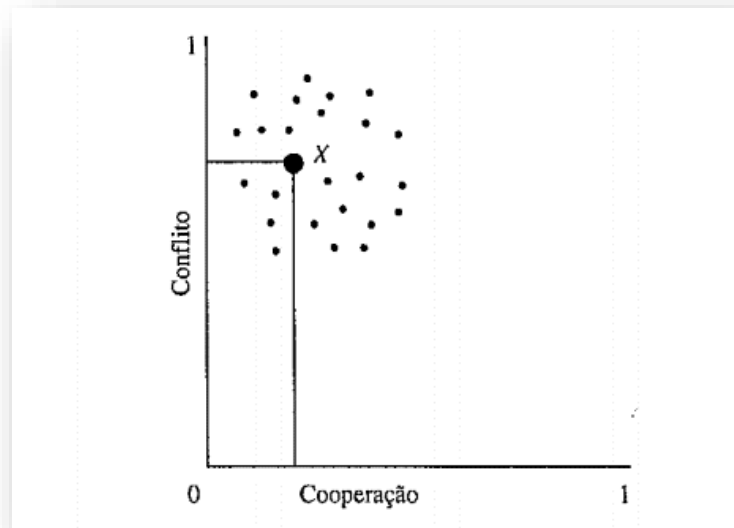


Figura 3 - Mapa Cartesiano Teórico da confirmação das Hipóteses

Fonte: (Quivy & Campenhoudt, 2005)

Por fim, agruparam-se os níveis obtidos, através da divisão dos resultados em quatro áreas, propondo-se uma conceptualização da realidade dividida em Alheamento (baixa cooperação e baixo conflito), Adesão (alta cooperação e baixo conflito), Rutura (baixa cooperação e alto conflito) e Competição (alta cooperação e alto conflito), procurando caracterizar os modelos existentes a partir das relações analisadas, conforme a figura:

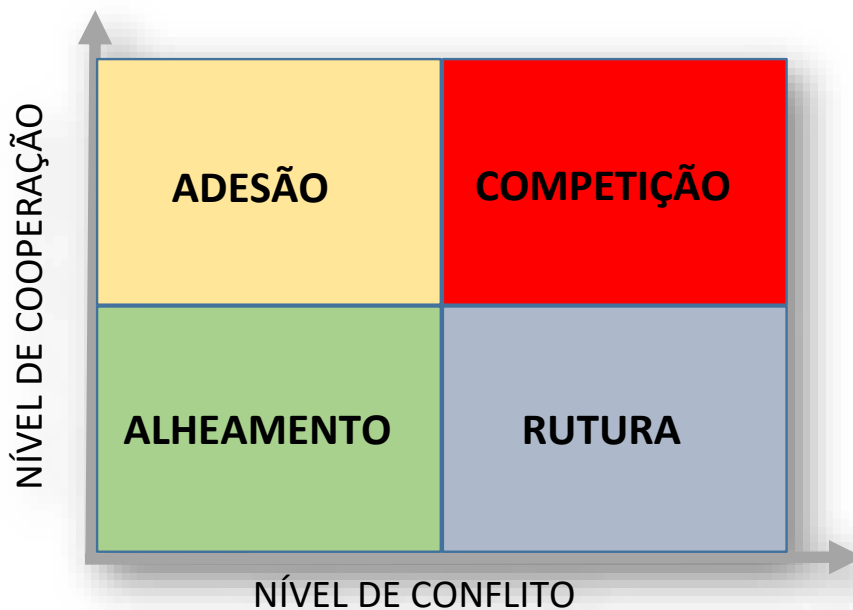


Figura 4 - Conceptualização da Cooperação vs. Conflito

Fonte: (Autor baseado nos conceitos de Quivy & Campenhoudt, 2005)



Na Fase Conclusiva iremos abordar as grandes linhas do procedimento metodológico seguido, proceder-se-á à avaliação dos resultados obtidos, apontaremos os contributos para o conhecimento, bem como recomendações e outras considerações de ordem prática, terminando com a referência às limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras.



2. Génese e Atualidade da Partilha de Infraestruturas

2.1. Teleologia

Por Teleologia entende o Dicionário de Língua Portuguesa Porto Editora como sendo a “finalidade, ação diretora que o fim exerce sobre os meios”, pelo que no presente trabalho se entenderá nesse preciso sentido: A finalidade subjacente à partilha de infraestruturas de defesa.

Pelo que se torna necessário aferir se esse fim está presente nos vários enquadramentos sectoriais que se seguem, pois em bom rigor, poderemos estar perante um conceito, que pode nem ser desejado ou então que esteja despido de um sólido enquadramento legal.

2.2. Enquadramento Legal

A utilização de infraestruturas da Defesa, no âmbito de atividades civis, não é fenómeno recente, em especial no que respeita à utilização para fins turísticos.

De facto, já houve um “modelo de aproveitamento desses imóveis [Infraestruturas da Defesa], iniciado pelo braço direito de Salazar, António Ferro, em 1945, que resolveu transformar edifícios classificados como Monumento Nacional em Pousadas, cuja exploração seria assegurada pela empresa estatal ENATUR, que ainda hoje existe (...)” (Lacerda, 2016).

Ao longo dos tempos, quer os modelos quer os objetivos foram-se sucedendo e hoje, fruto da situação económico-social vivida por Portugal, a necessidade de se rentabilizar a capacidade sobrança, com vista ao próprio financiamento da Defesa, ressurgiu, em moldes definidos por recente legislação.

António Lacerda, Presidente da Região de Turismo do Alentejo, constata que, “Não havendo uma posição regional, do Alentejo ou de qualquer uma das sete regiões turísticas, sobre este assunto (...) muito se tem falado recentemente sobre este tema” (Lacerda, 2016), o que demonstra a pertinência da necessidade de se analisar o estado atual das partilhas das infraestruturas da Defesa.

2.2.1. Os primórdios

Perder-se-á na História a constituição de direitos reais por particulares sobre imóveis do Estado. Fruto natural quer da necessidade de financiamento, de concessão de graças ou



até de uma racionalização de bens, diversas foram as formas e os enquadramentos jurídicos que tais atos revestiram.

Será nessa esteira de criação legislativa que em 18 de janeiro de 1934 é promovida a publicação do Decreto n.º 23465 da Repartição do Património (Repartição do Património, 1934) estabelecendo que o arrendamento de prédios rústicos ou urbanos do Estado não se encontra sujeito às mesmas normas que regulam as relações entre senhorio e arrendatário no direito privado, pelo que o Estado poderia passar a despedir os arrendatários antes do arrendamento acabar quando isso lhe convier.

2.2.2. A Evolução

O início da rentabilização moderna do património do Estado surgiu em 1970, do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março (Secretaria de Estado do Tesouro, 1970) que vem estabelecer um regime mais facilitador da transmissão de tais bens, tendo por subjacente a utilidade, ou melhor, a manutenção da utilidade pública do bem.

No entanto a “gestão do património imobiliário afeto ao MDN, desde o início da década de 90 tem seguido uma política continuada de reaproveitamento, reorganização e redimensionamento, de forma a torná-la adequada ao novo paradigma das Forças Armadas” (Marques, 2012, p. 22).

É desse período que advêm os “Protocolos”, títulos de cedência precária que os Ramos recorriam para a utilização partilhada de infraestruturas da Defesa, em que as contrapartidas se baseavam no princípio do pagamento das despesas de manutenção.

Posteriormente novo passo foi dado com o Decreto-Lei n.º 201/91 de 29 de maio (Ministério da Defesa Nacional, 1991) que, surgindo pela primeira vez menção clara que a alienação de infraestruturas da Defesa se faria por necessidade de reestruturação e financiamento da própria modernização. Os imóveis referidos expressamente no diploma foram nele incluídos pela inadequabilidade às suas funções militares, seja pela sua localização, pela dispersão, dificuldade de ligação a serviços complementares ou ainda pela sua incapacidade estrutural de modernização (Ministério da Defesa Nacional, 1991).

2.2.3. A atualidade

O início da atual moldura legal iniciou-se com o Decreto-Lei n.º 32/99 de 5 de fevereiro (Ministério da Defesa Nacional, 1999), tendo por objeto estabelecer o regime da



alienação dos imóveis excedentário ou desadequados pertencentes ao domínio privado do Estado afetos ao Ministério da Defesa Nacional.

Com a aprovação deste diploma foi criado um regime [que] dificultou a possibilidade de se partilharem infraestruturas militares (Marques, 2012, p. 23).

Mas tal diploma, apesar da sua inovação, não pretendia disciplinar a cooperação civil-militar no âmbito do uso partilhado as infraestruturas da defesa. De facto, o mesmo regula sim a desafetação do domínio público militar e a alienação dos bens imóveis do domínio privado do Estado. O que se pretende é a disciplina na rentabilização, por alienação, dos imóveis ou reafecção ao outro serviço público.

Por outro lado, e aqui surge a importância do diploma para o entendimento da realidade existente, este, ainda que não tendo sido pretendido pelo legislador, abriu, indiretamente, a porta à proliferação de “protocolos”, ainda hoje em vigor e que constituem, como adiante se verá, a maioria dos denominados modelos de partilha de infraestruturas de defesa.

Tal facto já tinha sido apontado por Marques (2012, p. 23) ao referir-se precisamente a este paradoxo “(...) previa que os acordos ou protocolos de utilização de instalações a serem celebrados seriam apenas enquanto se aguardava o desenvolvimento e respetiva conclusão dos processos de alienação/reafecção. No entanto, o processo foi o contrário, pois, dado não se terem concluído os respetivos processos de alienação/reafecção, assistiu-se a uma proliferação desses protocolos, muitos ainda hoje em execução”.

O passo seguinte veio a concretizar-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, estabelecendo disposições gerais aplicáveis ao domínio público e regras aplicáveis ao domínio privado do Estado e que veio, deste modo, criar um conjunto de instrumentos de coordenação na administração dos bens (Vaz, 2009, p. 12).

É assim, pela primeira vez aberta a porta a uma efetiva utilização partilhada das infraestruturas da defesa, sem que tal seja sinónimo de cedência precária através dos até então denominados “protocolos”.

Novamente pela Lei de Programação das Infraestruturas Militares, *LPIM*, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2008 de 8 de setembro¹ (Assembleia da República, 2008) veio o legislador densificar a relação existente entre gestão de imóveis e sua rentabilização e investimento nas infraestruturas militares e conforme nos refere Vaz (2008, p.12) tem por objeto a programação de gestão dos imóveis afetos à defesa nacional, para aplicação dos resultados obtidos no financiamento das atividades nela previstas.

¹ Entretanto revogada (Assembleia da República, 2015)



No desenvolvimento de tal diploma, foi aprovado o Decreto-Lei 219/2008 de 12 de novembro que veio a definir o universo de imóveis disponíveis para rentabilização no âmbito da LPIM, solidificando a intenção do legislador.

Pela Lei Orgânica n.º 6/2015 de 18 de maio é revogada a LPIM e é aprovada a Lei das Infraestruturas Militares, que estabelece a programação do investimento estabelecendo que sem prejuízo de outros instrumentos jurídicos, a rentabilização de imóveis se possa fazer não só por alienação e arrendamento e concessão, mas por parceiras, permutas e outros.

2.3. O procedimento instituído na Força Aérea

Na Força Aérea o processo de rentabilização encontra-se determinado pelo constante na já referida Lei de Infraestruturas Militares (Assembleia da República, 2015).

De forma genérica e segundo o Chefe da Repartição de Património da Força Aérea (Mendes, 2017) o processo inicia-se com a indicação periódica, por iniciativa ministerial, de necessidade de reavaliação das necessidades e excedentes de infraestruturas militares afetas aos ramos, aos quais os ramos, neste caso a Força Aérea, avalia e lista as necessidades presentes e futuras de imóveis, através da reabilitação dos existentes ou aquisição.

No mesmo momento, a Força Aérea avalia os possíveis imóveis dispensáveis no presente momento face às necessidades atuais, em coordenação entre a Direção de Infraestruturas (DI) e as Unidades Militares. Igualmente dessa lista, em avaliação realizada pelas Divisões do Estado-Maior, são avaliados os imóveis passíveis de desafetação sem previsão de uso futuro.

Posteriormente esta listagem é remetida à DGRDN a qual procurará congregar as necessidades e excedentes dos diversos ramos, sendo compilada, do restante, uma listagem de imóveis passíveis de alienação e rentabilização, que se submeterá à Assembleia da República.

Após a publicação as entidades externas manifestam o interesse na aquisição, sendo o processo decorrente coordenado entre o MDN e o MF.

Regista-se que dos imóveis passíveis de alienação nenhum foi ainda alvo de rentabilização, o que se deverá à “pouca visibilidade da lista de imóveis passíveis de alienação junto da comunidade civil e a demora dos processos de desafetação e venda” (Mendes, 2017).

Desta forma, os protocolos existentes preenchem e ocupam uma linha ténue, suportada nos poderes administrativos de gestão patrimonial e não titulada por diploma próprio.



Tais protocolos permitem a ocupação temporária de instalações, em troca de uma onerosidade que muitas vezes se reveste apenas na assunção dos custos de manutenção.

Por outro é visível a inexistência de uma clara identificação, pelo menos do passado, dos protocolos e situações existentes, o que obrigou em 13 de novembro de 2015 ao envio de instruções internas (Apenso A-1), com vista à padronização de procedimentos para o futuro, iniciando-se, numa primeira fase com a inventariação dos protocolos existentes. Tal indicia a inexistência de uma centralização do processo e dos seus procedimentos, no seguimento do que indiciava o presente trabalho.

2.4. Caracterização dos Protocolos em vigor

Para a presente investigação procurou-se obter os dados mais concretos possíveis, relativamente aos protocolos existentes. Para tal obtiveram-se os dados coligidos e analisados de forma segura até 2012 (Marques, 2012), aos quais se juntaram as alterações ocorridas até ao presente, disponibilizadas pelo DJFA.

Foram desta forma identificados os protocolos constantes na Tabela em Apêndice C.

2.4.1. Dos protocolos em vigor

Da recolha efetuaram-se as seguintes sistematizações para melhor apreensão da realidade:

Tabela 1 – Quantitativo e Localização das Infraestruturas Partilhadas

Quantitativo e Localização					
TOTAL	Açores	Área Metropolitana Lisboa	Beja	Centro	Porto
32	20	8	2	1	1

Tabela 2 – Onerosidade dos Protocolos

Onerosidade dos Protocolos					
TOTAL	Taxas	Custos de Manutenção / Equivalente	Valor fixo Periódico	Não oneroso	Não identificado
32	3	11	2	13	3

Tabela 3 – Do tipo de Infraestruturas

Tipo de Infraestruturas				
TOTAL	Prédios Urbanos / Instalações	Prédios Rústicos	Instalações Aeroportuárias	Outros / Não Ident.
32	12	12	6	2



Tabela 4 – Data de celebração dos Protocolos

Da Celebração dos Protocolos				
TOTAL	Há menos de 2 anos	Entre 2 a 15 anos	Entre 15 a 20 anos	Mais de 20 anos
32	1	4	19	8

Tabela 5 – Entidades Protocoladas

Das Entidades Protocoladas			
TOTAL	Estado / Sector Empresarial Público	Utilidade Pública / Humanitárias / Sem Fins Lucrativos	Privados / Outros
32	15	4	13

Não nos é possível aferir dos instrumentos legais que subjazem aos protocolos existentes, porque para tal seria necessária a análise direta dos mesmos ou a cedência de tal informação, o que não nos foi facultado. No entanto, é-nos possível inferir que face à natureza das partilhas e das entidades envolvidas, na grande maioria tratar-se-á de cedência a título precário, o que implica a desocupação imediata da instalação partilhada sem qualquer indemnização para a entidade protocolada.

2.4.2. Da análise

Constata-se que a maioria das infraestruturas partilhadas se situam na Região Autónoma dos Açores, devendo-se à utilidade das instalações situadas em local estratégico (elevações do terreno) e dotadas de meios de apoio (energia e torres e postos de instalações de transmissões) que as tornam únicas.

Quanto à onerosidade dos protocolos, sendo essa uma exigência que advém da lei, na maioria dos casos limitam-se ao suporte dos custos de manutenção, sendo que apenas cinco em 32 preveem o pagamento, estipulado e fixado de valores monetários sejam eles taxas ou valor fixos anuais ou mensais.

No que respeita às entidades protocoladas, elas dividem-se, praticamente de forma equitativa, entre entidades com fim lucrativos e Públicas ou Associativas.

Quanto ao tipo de infraestruturas protocoladas elas dividem-se entre prédios Urbanos (Edifícios, Instalações e Infraestruturas Associadas) e Prédios Rústicos (Terrenos, Baldios e Infraestruturas de Apoio), sendo ainda de referir que seis protocolos se referem diretamente a instalações aeroportuárias.

Quanto à data da celebração dos mesmos, verificamos que os mesmos, salvo raras exceções, foram celebrados há mais de 15 anos, no âmbito de anterior legislação, demonstrando, uma inatividade do processo de partilha de infraestruturas militares.



3. Níveis de Cooperação e Conflito

3.1. Dos dados

Foram efetuadas as seguintes entrevistas, dividindo os informantes por grupos de afinidade e posição perante o objeto do estudo:

Tabela 6 – Grupos Alvo

Questões Relativas aos Protocolos Existentes		Questões Relativas à criação de novos Protocolos	
Militares	CFMTFA	BA6	CFMTFA
	BA11		BA11
Civis	Aerogare Civil das Lajes	Agrupamento Escoteiros 672	Associação da Região de Turismo do Alentejo
			Associação Nacional dos Alistados das Formações Sanitárias (ANAFS)

As questões foram remetidas por via digital, tendo sido apresentado um guião estruturado, em que era solicitada a resposta, afirmativa ou negativa à existência ou não do indicador perguntado sem prejuízo de inserção de comentários considerados pertinentes.

As respostas, relativas a cada componente foram então somadas e projetadas para a escala de 0 a 5.

Foi atribuído o valor de 1 a resposta afirmativa e 0 a resposta negativa. Exceção quando a situação fosse apontada como “quase sempre” ou “quase nunca”, em que foram atribuídos valores de 0,75 e 0,25, respetivamente.

Os resultados foram transportados para os gráficos propostos por Campenhoudt (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 127) e já descritos, dividindo-se as respostas em nove realidades com vista a melhor se extraírem as conclusões:

Tabela 7 - Grupos de Análise

Denominação	Constituição
Militares Existente	Militares, relativas aos protocolos existentes
Militares Desejável	Militares, relativas a protocolos a criar
Civis sem Protocolo	Civis sem Protocolo
Civis com Protocolo	Civis com Protocolo com FA
Militares	Todas as entidades Militares
Civis	Todas as entidades Civis
Desejável	Civis sem Protocolo e Militares Desejável
Realidade	Civis com Protocolo e Militares existente
Total	Media Total

Os dados são agora apresentados e alvo de sucinta análise, quer quanto à totalidade de respostas, indicando a média simples das respostas dadas em cada uma das componentes,



revelando a posição global quanto aos modelos de cooperação no âmbito da utilização das infraestruturas da defesa, quer quanto a cada uma das componentes nos subcapítulos seguintes. Serão complementados com as respostas qualitativas às entrevistas.

3.2. Os Objetivos

As questões relativas aos objetivos, procuraram aferir da existência dos seguintes indicadores:

Tabela 8 - Indicadores da Componente Objetivos

Indicadores da Componente Objetivos					
Cooperação	Objetivos Comuns	Objetivos Negociados	Nível de Integração	Duração Negociada	Durabilidade
Conflito	Centrado nos interesses próprios	Existência de Objetivos conflitantes/incompatíveis	Manifestação crítica quanto aos objetivos da outra parte	Manifestação crítica quanto aos pressupostos legais ou doutrinários	

As respostas apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 9 - Respostas dos Objetivos

OBJETIVOS		
	COOPERAÇÃO	CONFLITO
MILITARES EXISTENTE	3,8	1,3
MILITARES DESEJAVEL	4,1	1,8
CIVIS COM PROTOCOLO	3,0	1,9
CIVIS SEM PROTOCOLO	4,0	0,4
CIVIS	3,5	1,1
MILITARES	3,9	1,5
DESEJAVEL	4,0	1,1
EM VIGOR	3,4	1,6
TOTAL	3,7	1,3

E cuja apresentação gráfica assume a seguinte forma para melhor visualização da aglomeração das respostas:

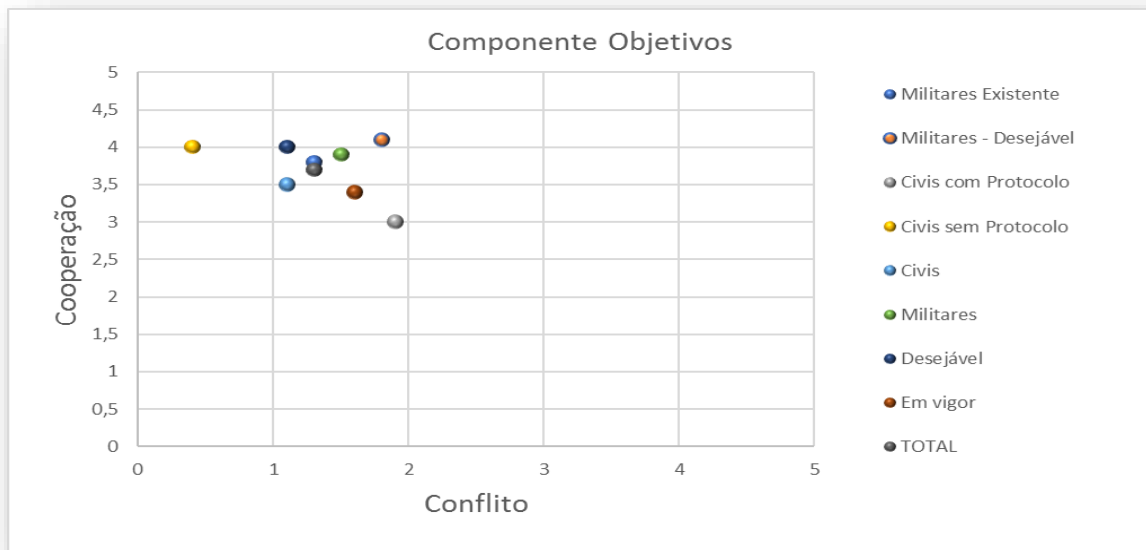


Figura 5 - Componente Objetivos

Revelando-se desta forma uma proximidade das várias respostas, quer dos intervenientes, quer das análises dinâmicas que se procederam. Todos eles se situam dentro de uma área de elevado nível de cooperação e baixo conflito.

Dos presentes resultados ressalta que são os civis com protocolos em vigor que, quanto aos objetivos, percecionam a realidade como menos colaborativa e mais competitiva, contrapondo, ainda que marginalmente com os civis sem protocolo, que registam a menor motivação no conflito e superior interesse na cooperação.

Quanto aos militares, denota-se que da análise dialética entre a realidade e o desejável, este grupo manifesta interesse num aprofundamento da cooperação e igualmente do conflito, o que demonstra uma vontade em novas parceiras, mais negociadas, que envolvam mais as entidades intervenientes, mas ao mesmo tempo que reflitam os interesses próprios de cada instituição.

Da recolha não booleana, descritiva, de cada entrevista, foi-nos possível aprofundar o fenómeno da cooperação e do conflito do ponto de vista dos objetivos.

É-nos referido pelas entidades civis sem protocolo em vigor, que “Não há parcerias com imposições, assim como não há parcerias sem cedências, tudo sendo suportado pelo interesse comum e no respeito pela diferença que se identifique nos objetivos” (Lacerda, 2017), e igualmente, no que respeita às possibilidade e vantagens de tais objetivos afirma-se que “As cedências a título de empréstimo a médio ou longo prazo, também podem ter



vantagens para as entidades envolvidas não só na cedência de espaço como também na troca de informação e experiências” (Fernandes, 2017).

No mesmo sentido, as entidades militares, no que respeita ao desejável, afirmam que seria primordial, aquando da negociação, o contemplar objetivos diferentes da mera troca comercial, nomeadamente nas áreas de segurança terrestre e aérea; divulgação da imagem de cooperação civil-militar; proteção ambiental (Rebelo, 2017)

No entanto, a tónica central do conflito, quanto aos militares, assenta na necessidade de serem preservadas as capacidades militares, bem como a definição das regras [de utilização e acesso] (Pimentel, 2017) e que os interesses nacionais devem estar sempre presentes na definição dos objetivos (Rebelo, 2017).

Quanto às entidades civis verificou-se que, as que são parte em protocolos, referiam a existência de manifestações públicas e críticas quanto aos objetivos dos protocolos em vigor (Alves, 2017).

Pelo que é confirmada a **H1**: os objetivos próprios dos intervenientes conduzem a relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito.

Assim estamos em condições de responder à **PD1**: os objetivos da Força Aérea e entidades civis relativamente aos processos de utilização das infraestruturas da Defesa conduzem a um nível de elevada cooperação e baixo conflito.

3.3. Os Meios

As questões relativas aos meios procuraram aferir da existência dos seguintes indicadores:

Tabela 10 - Indicadores da Componente Meios

Indicadores da Componente Meios					
Cooperação	Procura de adequação dos meios às necessidades da outra parte	Existência de contactos frequentes	Nível de partilha	Existência de tarefas definidas e partilhadas	Existência de procedimentos internos específicos
Conflito	Existência de conflitos interpessoais ainda que informais	Existência de descontentamento relativamente aos bens / meios envolvidos	Importância do departamento jurídico	Alteração dos termos do contrato durante a sua vigência	Incumprimento por não disponibilização meios / valor



As respostas apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 11 - Respostas dos Meios

MEIOS		
	COOPERAÇÃO	CONFLITO
MILITARES EXISTENTE	4,0	1,2
MILITARES DESEJAVEL	2,1	1,9
CIVIS COM PROTOCOLO	4,0	1,5
CIVIS SEM PROTOCOLO	2,3	1,9
CIVIS	3,1	1,7
MILITARES	3,1	1,5
DESEJAVEL	2,2	1,9
EM VIGOR	4,0	1,3
TOTAL	3,1	1,6

E cuja apresentação gráfica assume a seguinte forma para melhor visualização da aglomeração das respostas:

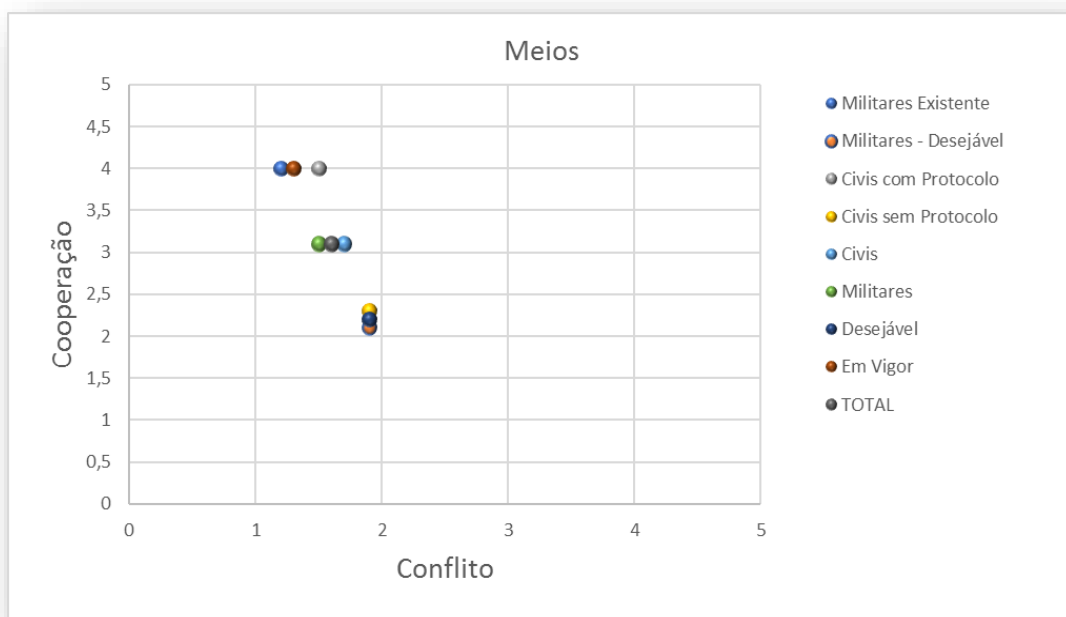


Figura 6 - Componente Meios

Na análise dos meios, assistimos, tal como do anterior a uma proximidade das várias respostas, dentro de um intervalo de baixo conflito e superior cooperação. Contudo, as respostas apresentam uma aglomeração tripartida, orientada quer verticalmente, quer horizontalmente que importa agora analisar, em especial porque representam uma diferença quanto aos restantes resultados observados.



Desta forma temos um primeiro eixo, orientado horizontalmente ao gráfico cartesiano, que demonstra uma nivelção da cooperação (alta), em relação às entidades que têm protocolos em vigor (militares e civis), revelando-nos que ambos percecionam da mesma forma os protocolos em vigor, reconhecendo que, ao nível dos meios envolvidos de parte a parte, foram estabelecidos com base em altos níveis de cooperação.

Diferencia-se este grupo no entendimento do conflito ao nível dos meios adstritos, manifestando as entidades civis a existência de um maior conflito do que as entidades militares.

Somos de entender tal diferença, mínima é certo, mas existente e percecionada, pelo facto de as entidades privadas, pela sua própria natureza, centrarem as suas ações no lucro ou vantagem que podem decorrer de tais modelos, tendo por isso, maior consciência dos meios envolvidos e como tal, demonstraram maior conflitualidade aquando das respostas.

No caso em concreto do presente estudo, e relativamente aos meios envolvidos, revelou-se como fator diferenciador a aplicação dos protocolos de cooperação, no âmbito da partilha de infraestruturas aeroportuárias.

O que vai de encontro com o amplamente publicado na comunicação social (Observador, 2017) sempre que se abordam tais modelos de cooperação, pese embora e aqui novamente se reflete, que a origem da conflitualidade se encontra não nas estruturas militares, mas principalmente nas civis, publicas e privadas.

Reforçando desta forma a validade das nossas conclusões.

O segundo eixo é organizado verticalmente, tendo por comum o nível de conflito, apresentando uma ligeira diferença no que respeita ao nível de cooperação, sendo constituído pelas entidades, civis ou militares, sem protocolo (primeiras) ou quanto ao desejável (segundas).

Assim, verifica-se que o nível de conflito é o maior dos três grupos em análise (1,9), e que o nível de cooperação é o menor de todos, fazendo situar os resultados no quadrante inferior esquerdo do gráfico de análise, ainda que próximo do seu eixo central.

Assim, somos de concluir que, relativamente aos meios a empenhar em futuros modelos de cooperação, existe uma vontade em que os mesmos sejam mais protegidos (menor cooperação) e mais valorizados (maior nível de conflito), pese embora tais resultados pudessem concluir para uma maior reserva quanto aos modelos de cooperação (no sentido de alheamento ou atrito à cooperação).



Tal pode ser resumido pela frase deixada por um dos entrevistados, quanto ao nível de cooperação de meios: “Os protocolos devem prever modelos (...) nos quais os parceiros se reconheçam” (Lacerda, 2017).

Desta forma reconhecer o valor dos meios próprios e alheios é precisamente o primeiro passo para o aprofundamento de uma cooperação.

O terceiro eixo, orientado no sentido horizontal, embora referindo um menor nível de cooperação e um ligeiro aumento do nível de conflito do que o primeiro grupo analisado, é composto por três entidades compostas, ou seja, pelos Militares, pelos Civis e pela totalidade das respostas.

Desta forma, independentemente de se tratar de entidades com protocolos em vigor, civis ou militares, ou daquelas que perccionaram através das presentes entrevistas o desejável, encontramos neste grupo a sùmula da realidade relativamente aos níveis dialéticos de cooperação e conflito, no que concerne aos meios envolvidos.

Ou seja, poderemos afirmar que relativamente aos meios o ponto central entre o existente e o desejável encontra-se num baixo nível de conflito e num superior, ligeiramente acima da linha média, nível de cooperação, nitidamente localizado no quadrante superior esquerdo do gráfico cartesiano.

Manifesta-se, contudo, a existência de, mais uma vez, um maior conflito por parte das entidades civis, reafirmando-se e chamando-se à colação o que atrás já tinha sido referido quanto a este ponto.

Pelo que é confirmada a **H2**: os meios adstritos conduzem a relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito.

Assim estamos em condições de responder à **PD2**: os meios adstritos pela Força Aérea e Entidades civis conduzem a um nível de elevada cooperação e baixo conflito.

Pese embora as diferenças existentes entre as entidades já protocoladas e as entidades sem protocolos.

3.4. Os Resultados

As questões relativas aos resultados procuraram aferir da existência dos seguintes indicadores:

Tabela 12 - Indicadores da Componente Resultados



Indicadores da Componente Resultados					
Cooperação	Renegociação após ciclo de resultados	Existência de benefício para ambas as partes	Criação de riqueza		
Conflito	Apontar de responsabilidades mútuas	Rompimento / ameaça do contrato devido a resultados	Manifestação crítica de desacordo quanto aos resultados	Ações de contencioso	

As respostas apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 13 - Respostas dos Resultados

RESULTADOS		
	COOPERAÇÃO	CONFLITO
MILITARES EXISTENTE	1,7	0,6
MILITARES DESEJAVEL	3,1	1,1
CIVIS COM PROTOCOLO	4,2	0,6
CIVIS SEM PROTOCOLO	3,1	3,3
CIVIS	3,6	2,0
MILITARES	2,4	0,9
DESEJAVEL	3,1	2,2
EM VIGOR	2,9	0,6
TOTAL	3,0	1,4

E cuja apresentação gráfica assume a seguinte forma para melhor visualização da aglomeração das respostas:



Figura 7 - Componente Resultados



Os valores obtidos quanto aos resultados foram os mais dispersos de todas as dimensões analisadas. Enquanto nas anteriores poderíamos facilmente congregarmos, e entender, os interesses que estavam por detrás da existência de grupos tão definidos, agora, perante a dispersão que se nos é apresentada temos que adentrar-nos, com maior atenção ao significado da cooperação e do conflito ao nível dos resultados.

Assim, quanto ao conflito, o que se procurou medir foi a existência (quanto aos modelos existentes) ou a propensão (quanto ao a criar ou desejável) de conflitos entre as entidades cooperantes no seguimento dos resultados verificados pela implementação das partilhas. Nomeadamente e mormente, manifestações públicas de desagrado, rompimento da relação contratual e outros vertidos em indicadores.

Quanto à cooperação, procurou-se aferir se os resultados pretendidos apenas se situavam na meação das vantagens individuais que cada parceiro poderia obter com tais modelos de partilha, ou se a forma como os mesmos eram percebidos indicavam formas superiores de cooperação em que, por exemplo, o modelo adotado ou pretendido é gerador de uma riqueza que ultrapassa a soma das partes.

Assim compreendido, poderemos partir para a análise dos resultados obtidos, começando por dividir os mesmos em entidades compostas: quanto ao que se encontra em vigor e quanto ao desejável, revelando-nos que os modelos em vigor são caracterizados por um nível superior de cooperação, ainda que ligeiramente acima da linha delimitadora horizontal do gráfico e por um muito baixo índice de conflito.

Desta forma os modelos existentes poderiam ser caracterizados por uma baixa, quase inexistente conflitualidade, com exceção de um caso e novamente quanto à partilha de infraestruturas aeroportuárias (Alves, 2017).

Quanto ao desejável assistimos a um aumento do nível de cooperação (3,1) e do nível de conflito (2,2).

Trazendo aqui a lume o já referido anteriormente, manifesta-se novamente um interesse em aprofundar a cooperação existente, partindo, e aqui reside um ponto fundamental do presente estudo e que aqui se revela, para novas formas de cooperação que permitiam a obtenção de resultados verdadeiramente partilhados, comuns e que não recaiam na mera troca comercial (infraestrutura por capital), mas ao mesmo tempo, por uma vontade de maior responsabilização da parte contrária em que a violação das regras existentes terá consequências, nomeadamente contencioso ou desagrado público.



Aqui chegados deixamos uma palavra para os extremos dos resultados pela importância que os mesmos representam.

Consideramos que existem três elementos que nos chamam à atenção:

O primeiro constituído pelos civis sem protocolo que maximizam o que atrás foi dito, e assim confirmam, puxando ainda para além da linha vertical divisória do gráfico, o nível de conflito (3,3), mantendo igualmente um elevado nível de cooperação. Tal nível de conflito reflete-se pela naturalidade demonstrada no recurso ao contencioso (Lacerda, 2017) enquanto que a cooperação é-nos revelada pelo carácter fundamental de haver benefício para ambas as entidades (Fernandes, 2017).

O segundo, constituído pelos civis com protocolo e referente à realidade existente que alcançam o maior nível de cooperação e o menor nível de conflito, refletindo a perceção que as entidades civis têm dos protocolos em vigor e das quais são parte.

O terceiro, constituído pelas entidades militares com protocolos em vigor que, acompanhando o nível de conflito das entidades civis, afastam-se, para menos, ao nível da cooperação percecionada, registando o menor valor de todos os elementos.

Assim verifica-se que é confirmada a H3: os resultados são percebidos pelos intervenientes como relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito.

Pelo que estamos em condições de responder à PD3: os resultados dos processos de utilização são percecionados pelos envolvidos como relações caracterizadas por elevada cooperação e baixo conflito.

3.5. O Global

Considerando os dados parciais analisados anteriormente, divididos que foram em Objetivos, Meios e Resultados, congregam-se agora os mesmos, procurando-se uma classificação das relações existentes e desejáveis, procurando-se dar resposta à pergunta de partida. Assim, constatamos que as respostas obtidas apresentaram os seguintes resultados:



Tabela 14 - Respostas - Global

GLOBAL		
	COOPERAÇÃO	CONFLITO
MILITARES EXISTENTE	3,2	1,1
MILITARES DESEJAVEL	3,1	1,0
CIVIS COM PROTOCOLO	3,7	1,2
CIVIS SEM PROTOCOLO	3,1	1,0
CIVIS	3,4	1,1
MILITARES	3,1	1,0
DESEJAVEL	3,1	1,0
EM VIGOR	3,4	1,1
TOTAL	3,3	1,1

Começando por caracterizar os modelos existentes, constatamos, graficamente e em dialética militares-civis, conforme seguinte, que os mesmos são apercebidos de forma semelhante entre os dois atores sociais, baixo conflito – alta cooperação, distinguindo-se, contudo, por parte das entidades civis com protocolo a existência de um julgamento de maior cooperação e conflito do que aquela que é percebida pelos militares relativamente ao existente.

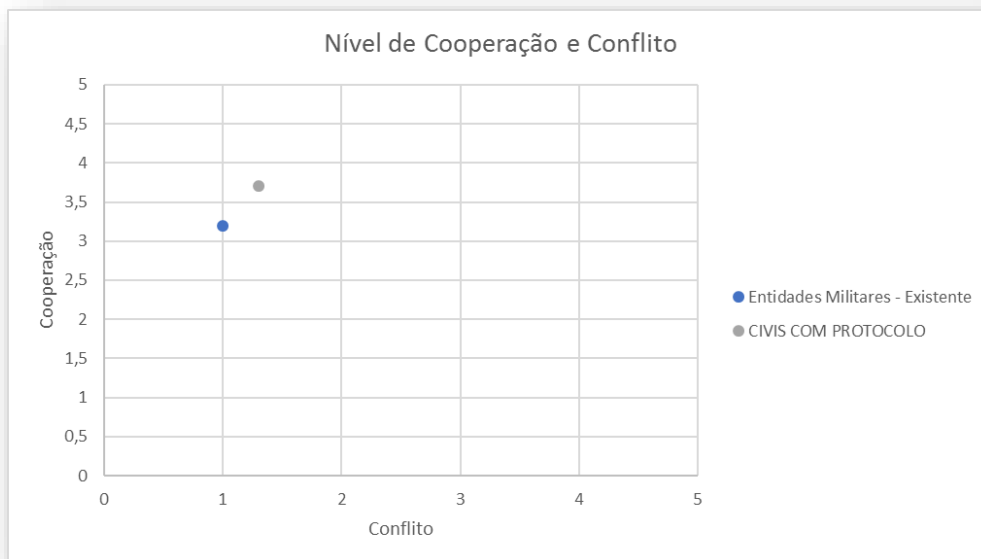


Figura 8 - Global - Realidade Existente

Se por outro lado focarmos a análise quanto ao desejável, constatamos que semelhante situação ocorre:

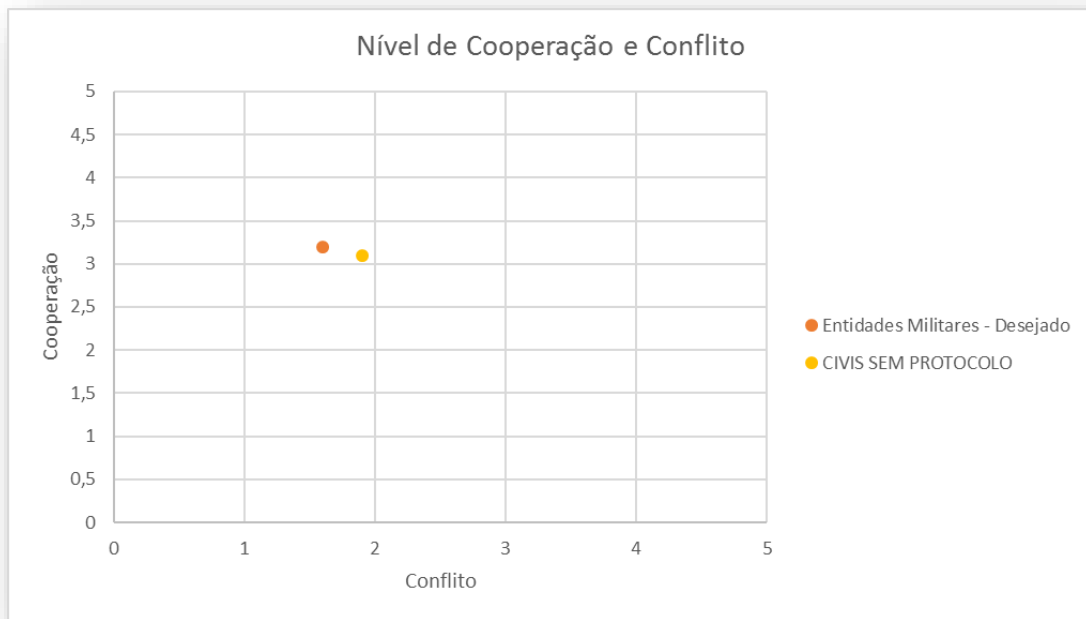


Figura 9 - Global - Desejável

Mantendo-se um maior nível de conflito para a entidades civis, pese embora a semelhança do nível de cooperação, regista-se um desejo de maior nível de cooperação por parte das entidades militares.

O que demonstra que, apesar das diferenças assinaladas, as relações existentes, quer quanto aos existentes, quer quanto ao desejável são caracterizadas e desejadas num alto nível de cooperação e um baixo, mas relevante nível de conflito.

Desta forma e agora que estamos habilitados a analisar em dicotomia presente-futuro em relação a cada uma das entidades, tentaremos que se revele, nas diferenças mínimas de valores obtidos entre estes dois atores, o desejo de modificação ou manutenção da realidade, procurando-se desta forma contribuir para a identificação dos fatores que poderão ponderar num aprofundamento das relações de cooperação existentes.

Assim, quanto aos militares a resposta é-nos indicada pelo seguinte gráfico:

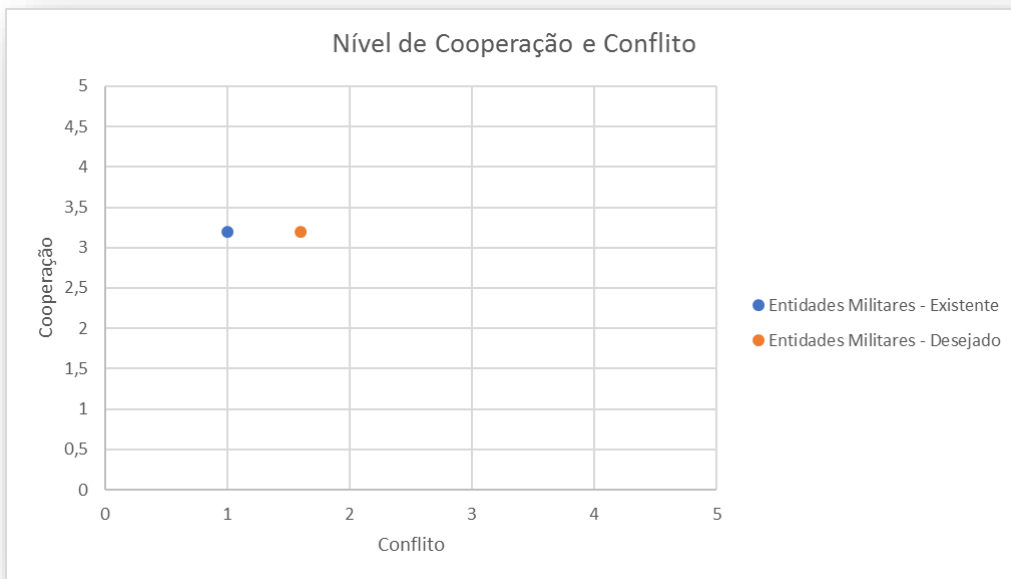


Figura 10 - Global - Existente Vs. Desejado - Entidades Militares

Demonstrando-se que é manifestado o desejo por parte das entidades militares que os futuros modelos de cooperação sejam caracterizados pela manutenção do nível de cooperação (em termos totais), aumentando-se, contudo, o nível de conflito.

Por outro lado, quanto às entidades civis, a diferença é-nos apresentada da seguinte forma:

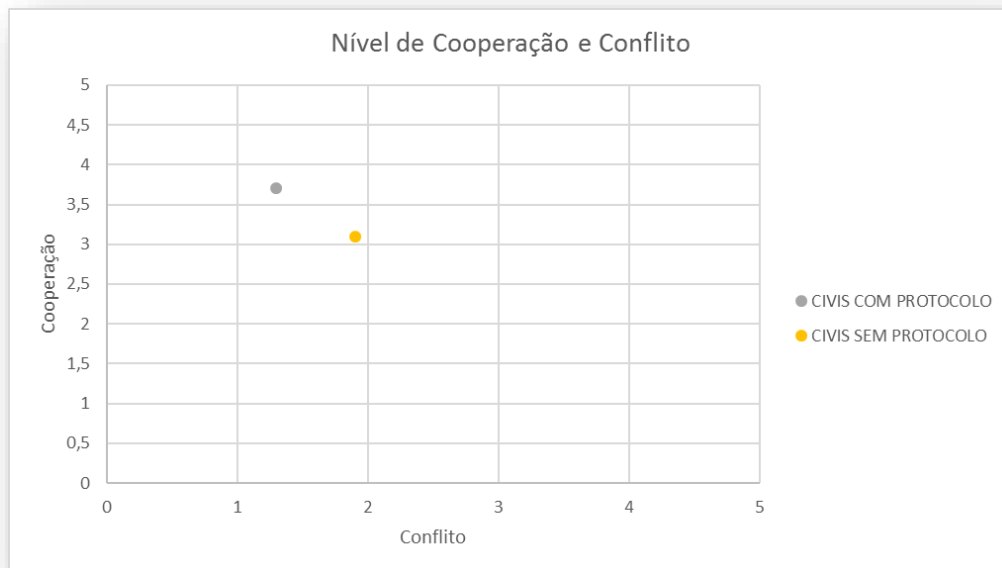


Figura 11 - Global - Existente Vs. Desejado - Entidades Civis

O que permite constatar que as entidades civis sem protocolo percebem como modelo de cooperação ideal uma maior conflitualidade e menor cooperação do que a existente.

O que nos remete para a identificação dos valores próprios e da sua defesa.

Propondo-nos, de forma empírica, denominar os modelos existentes e desejáveis com base nos índices de cooperação e conflito assim obtidos, e procurando responder à pergunta de partida, constatamos que as várias respostas se aglomeram em torno, sem margem para dúvida, de um alto nível de cooperação e um baixo, mas relevante, nível de conflito, no quadrante superior esquerdo do gráfico.

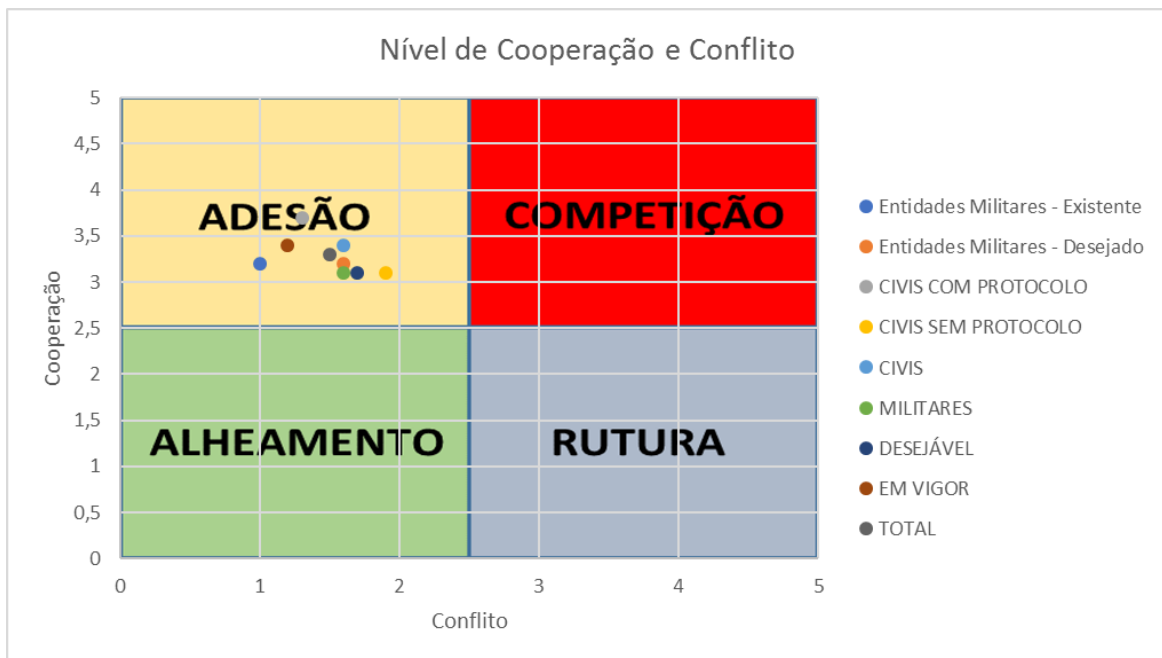


Figura 12 - Caracterização das Relações de Cooperação

O que nos remete para a Adesão dos dois atores à cooperação civil-militar no âmbito das partilhas de infraestruturas de defesa.

Pelo que poderemos afirmar, em resposta à PP, “Em que medida os modelos de cooperação civil-militar no âmbito da utilização das infraestruturas da Defesa são essencialmente relações de cooperação ou conflito?”, que os modelos de cooperação existentes e a criar são caracterizados e desejados como relações de elevado nível de cooperação e baixo nível de conflito, às quais se pode afirmar que, quer os militares quer os civis se encontram numa posição social de Adesão a tais modelos.



Conclusões

Este trabalho iniciou-se com a PP “Em que medida os modelos de cooperação civil-militar no âmbito da utilização das infraestruturas da Defesa são essencialmente relações de cooperação ou conflito?”.

Para tal foram enunciadas três PD, que dividindo a realidade em pontos fundamentais, procuravam assim dar resposta à questão central.

Seguindo-se um raciocínio hipotético-dedutivo, adotando no domínio metodológico uma estratégia quantitativa com reforço qualitativo usando como instrumento de recolha de dados, a técnica de entrevistas estruturadas e a pesquisa bibliográfica e documental, foi assim procurada a resposta a cada uma delas sucessivamente, através da verificação das hipóteses a elas associada. Quanto ao desenho de pesquisa, foi um estudo de caso da realidade da Força Aérea.

O trabalho foi sendo desenvolvido em capítulos, cada um deles abrangendo as grandes áreas da investigação e cujas sínteses conclusivas permitiram dar resposta às questões colocadas.

Iniciámos com um capítulo dedicado à Revisão da Literatura, Método e Metodologia.

Constatando-se a rutura efetuada na presente investigação houve que conceptualizar o tema do presente trabalho, fixando desta forma o caminho orientador da presente tarefa.

Seguiu-se um grande capítulo dedicado ao enquadramento jurídico, doutrinário e jurisprudencial da questão da cooperação civil-militar que nos importa. Para tal procedendo-se à análise da evolução histórico-jurídica que o presente tema tem sofrido ao longo dos anos, sendo apontadas as origens centenárias da atividade legislativa, permitindo compreender a moldura e enquadramento das questões que posteriormente se abordaram.

Foi igualmente abordada a posição da Força Aérea em relação ao presente tema.

Após o que estivemos em condições para se analisar os modelos em vigor na Força Aérea iluminados que estavam pelas referências anteriores.

Por fim, na posse de todos estes elementos, e estando perfeitamente enquadrada a realidade, lançámo-nos na procura da resposta a cada uma das PD através da análise, interpretação e conceptualização dos níveis de cooperação e conflito presentes nos modelos existentes e potenciais.

Assim ao longo do presente trabalho:



Foi possível fixar a definição de “modelos de cooperação civil-militar na utilização das infraestruturas da defesa”, como sendo o esquema teórico representativo da forma como as entidades militares e Civis (públicas ou privadas), recorrem à utilização de instalações e equipamentos militares com vista à realização de um projeto comum.

Constatou-se que o trabalho de produção legislativa com vista à rentabilização de imóveis da Defesa por uso de outras entidades iniciou-se nos anos 30, criando condições para que o Estado interviesse com poderes *Ius Imperii*.

Que se seguiram décadas, até ao fim dos anos 90, em que a legislação apenas se debruçava sobre a desafetação e posterior alienação de imóveis do Estado, com vista à rentabilização de capacidades obsoletas e sem capacidade de modernização.

Que o paradigma se alterou em 1999 com a aprovação de legislação que, fazendo corte com a legislação dispersa que até então imperava, disciplinou a presente matéria permitindo o uso e a partilha de infraestruturas que mantinham a dominialidade pública por parte de entidades civis.

Que o atual sistema jurídico foi densificado em 2007 e 2008 com a aprovação do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público e a LPIM, em que se previu a gestão e os instrumentos legais que suportam os modelos de rentabilização dos imóveis militares, a qual veio a ser concluída, na sua fase atual, com a aprovação da Lei das Infraestruturas Militares, passando a prever-se que a rentabilização de imóveis se possa fazer não só por alienação e arrendamento e concessão, mas igualmente por parcerias, permutas e outros, o que cria um instrumento que permite a existência de partilha de instalações militares e outras infraestruturas e conseqüentemente, a existência de projetos de cooperação, tendo por base tais e modelos.

No entanto, da análise do edifício jurídico, pese embora a existência de tais instrumentos habilitantes, somos de concluir que continua por revelar um, mais do que instrumento, verdadeiro instituto que congregue os objetivos pretendidos, meios possíveis e resultados desejados que enformem os modelos de cooperação civil-militar no âmbito da partilha de infraestruturas da defesa.

Partimos, depois que analisado o enquadramento jurídico, para a análise da prática na Força Aérea, procurando caracterizar os procedimentos em vigor. Concluímos que a partilha de infraestruturas tem duas faces. Uma perfeitamente organizada na estrita observância das exigências decorrentes das normas relativas à rentabilização decorrentes da Lei de Infraestruturas Militares, com vista à identificação das necessidades e excedentes de imóveis



e seu eventual investimento de reabilitação ou alienação. Tal é a face da rentabilização. A outra, relativa à cedência ou uso partilhado de infraestruturas, mais ténue e frágil, embora emoldurada pelo já supracitado Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, mas decorrente de protocolos antigos celebrados na vigência do regime jurídico anterior. Sobre esta realidade percebeu-se a inexistência de uma doutrina enquadradora que oriente os objetivos, meios e resultados pretendidos com tais partilhas, com exceção da comparticipação dos custos de manutenção, e que as torne verdadeiros modelos de cooperação. Pelo que mais uma vez, na prática, tal como no enquadramento jurídico, não é possível encontrar os elementos que permitam enformar, na sua totalidade, os modelos de cooperação com base na partilha de infraestruturas militares.

Adentramo-nos ainda mais na realidade ao caracterizar os modelos existentes, ainda que os dados disponibilizados não nos permitam, de forma mediata, analisar o conteúdo dos protocolos existentes.

No entanto, tal como se indiciava pelos elementos obtidos nos capítulos anteriores que a maioria dos protocolos em vigor são referentes à realidade existente há mais de 15 anos, só se tendo verificado a existência de celebração de um novo protocolo nos dois últimos dois anos. Os mesmos são sustentados em cedências precárias, fruto do regime vigente anteriormente (e ainda possível), demonstrando uma inatividade do processo de partilha de infraestruturas militares.

Por fim, junto dos principais atores no âmbito das partilhas, procurámos, com vista à caracterização dos modelos em relação à realidade e suas características e ao futuro e suas exigências, responder às três perguntas derivadas que levantámos enquanto fio condutor da presente investigação.

A validação integral das Hipóteses, 1,2 e 3 levaram-nos a concluir que, pese embora a inexistência de um sólido enquadramento técnico-doutrinário, a cooperação civil-militar no âmbito da partilha das infraestruturas da defesa é vista como uma relação caracterizada e desejada num elevado nível de cooperação e de baixo, mas relevante conflito, o que nos leva a conceptualizar como existindo uma Adesão dos atores a tal conceito de cooperação.

Contudo registamos que existem posições relacionais diferentes quando analisamos a esta relação sob o prisma dos objetivos, meios e resultados, constatando que é desejado, tanto pelos atores militares como civis um aumento do nível de conflito em relação ao existente e que os atores civis potenciais cooperantes, quanto aos resultados, percecionam os modelos de cooperação num elevado nível de competição.



Tal constatação, não implica uma assunção de um estado de rutura em relação a tais modelos, mas, pelo contrário, reforçou a nossa convicção de que para existir cooperação tem que estar subjacente uma consciencialização das potencialidades e propósitos de cada ator, necessariamente dispares.

Tal a valia do presente trabalho.

Em grande conclusão pode-se afirmar que a implementação de modelos de cooperação, com base na partilha de infraestruturas, terá necessariamente por passar por cada ator se tornar consciente dos seus meios, resultados pretendidos e daí, posteriormente construir os modelos de cooperação com base nos objetivos pretendidos por cada um dos atores.

Desta forma os objetivos traçados de identificar a legislação aplicável, identificar a operacionalização dos modelos, identificar e analisar os modelos em vigor e identificar e analisar a influência e correlação entre as variáveis foram plenamente alcançados.

Assim, pese embora as dificuldades encontradas em especial no acesso aos documentos relativos aos protocolos em vigor, teremos de considerar que o presente trabalho de investigação rompeu, ainda que de forma simples e despreziosa, mas plenamente adequada ao tempo e formato disponível, com o conhecimento que havia relativamente à presente matéria. Desde sempre se pretendeu a rentabilização das infraestruturas, mas, pese embora tenham decorrido quase 100 anos desde os primeiros impulsos legislativos ainda hoje não se logrou a aproximação entre Entidades Civas e Militares com vista ao estabelecimento de verdadeiros protocolos de cooperação. As soluções apontadas anteriormente refletiram, aprofundadamente sobre questões técnicas, viabilidade jurídica, mas não sobre a essência de qualquer cooperação: A sua natureza de relação social entre atores. Hoje sabemos que ambos pretendem agir em conjunto, em respeito pelas suas idiossincrasias, encontrando-se num estágio de plena Adesão a tais propósitos.

Assim, considera-se adequado recomendar:

Ao Departamento Jurídico em colaboração a Direção de Infraestruturas:

Estudar e catalogar todos as partilhas existentes, ainda que não revistam a forma de cooperação, a fim de adequar e harmonizar todos os protocolos existentes à legislação atual.

Ao Estado-Maior da Força Aérea Portuguesa:

Constituir um grupo de trabalho na Força Aérea, multidisciplinar, que estude os modelos internacionais existentes quanto à gestão integrada das infraestruturas militares e que analise quais os meios disponíveis na FAP para potencial partilha, procurando aferir a



existência de potencialidades de se estabelecerem protocolos de cooperação, seus objetivos e enquadramento técnico-doutrinário.



Bibliografia

- Alves, I., 2017. *Aerogare Civil das Lajes* [Entrevista] (03 MAR 2017).
- Amaral, D. F. d., 2014. *Curso de Direito Administrativo*. 2.^a ed. Coimbra: Almedina.
- Assembleia da República, 1999. *Debates Parlamentares*. [Online]
Available at: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/076/1999-04-23?sft=true&pgs=2757&org=PLC&plcdf=true#p2757>
[Acedido em 10 FEV 2017].
- Assembleia da República, 1999. *Lei n.º 131/99 de 28 de Agosto (Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 32/99 de 5 de fevereiro)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2003. *Aprova o novo Código de Justiça Militar e revoga a legislação existente sobre a matéria (Lei 100/2003 de 15 de novembro - Código de Justiça Militar)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2007. *Lei n.º 10/2007 de 6 de março (Autoriza o Governo a estabelecer o regime jurídico dos bens imóveis)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2007. *Regime Jurídico do Património Imobiliário do Estado (Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de Agosto)*. Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2008. *Lei de Programação das Infraestruturas Militares (Lei Orgânica 3/2008 de 8 de setembro)*, Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2015. *Aprova a Lei das Infraestruturas Militares e revoga a Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro (Lei Orgânica n.º 6/2015 de 18 de maio)*. Lisboa: Diário da República.
- Cardoso, C. A., 2017. *A partilha de Infraestruturas Militares - Caso do Agrupamento 672 - Corpo Nacional de Escutas* [Entrevista] (23 FEV 2017).
- Carvalho, L. M. C., 2009. *Partilha de Infraestruturas de transporte de comunicações das Forças Armadas com outros Ministérios*. Lisboa: IESM.
- Casadinho, A. G. V. B., 2014. *Um estudo numa IPSS - Tese de Mestrado em Sociologia*. Évora: Universidade de Évora, Departamento de Economia.
- Coser, L., 1964. *The functions of Social Conflict*. New York: The Free Press.
- Direção de Infraestruturas, 2013. *Inventariação de Intervenções em IE da FA*. Alfragide: Força Aérea.



- Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, 2016. *Plano de Actividades*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Duarte, P., 2017. *O enquadramento jurídico na partilha de aerodromos militares* [Entrevista] (29 JAN 2017).
- Durkheim, É., 2007. *As regras do método Sociológico*. 3.^a ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Eco, U., 2007. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 13.^a ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Editora, P., 2016. *Dicionário de Língua Portuguesa para Windows 8*, Lisboa: Porto Editora.
- Fernandes, J., 2017. ANAFS [Entrevista] (16 02 2017).
- Governo, 1933. *Decreto n.º 22445 de 10 de abril (Regularização dos arrendamentos do Estado)*. Lisboa: Diário do Governo.
- Guedes, A. M. d. A. M., 1954. *A Concessão*. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.
- Guerra, I. C., 2006. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo Sentidos e forma de uso*. Cascais: Príncípa Editora.
- IESM, 2015. *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a realizar no IESM (NEP/ACA-018)*. Pedrouços: IESM.
- IESM, 2015. *Trabalhos de Investigação (NEP/ACA - 010)*. Pedrouços: IESM.
- Lacerda, A., 2016. *Utilização de instalações militares para fins turísticos* [Entrevista] (21 NOV 2016).
- Lacerda, A., 2017. *Os Modelos de Cooperação Civil e Militar no âmbito da Partilha de Infraestruturas da Defesa* [Entrevista] (14 JAN 2017).
- Maia, R. L., 2002. *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora.
- Marques, V. P., 2012. *A utilização partilhada das infraestruturas das Forças Armadas*. Lisboa: IESM.
- Mendes, T. E., 2017. *A Gestão do Património da Força Aérea - sua rentabilização* [Entrevista] (22 FEV 2017).
- Ministério da Defesa Nacional, 1991. *Decreto-Lei n.º 201/91 de 29 de maio*. Lisboa: Diário da República.
- Ministério da Defesa Nacional, 1999. *Decreto-Lei n.º 32/99 de 5 de fevereiro (Regime da alienação dos imóveis excedentários do Domínio Privado do Estado afectos ao Ministério da Defesa Nacional)*. Lisboa: Diário da República.



- Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, 2015. *Lista de imóveis passíveis de rentabilização ao abrigo da Lei das Infraestruturas Militares (Despacho n.º 11427/2015 de 13 de outubro)*. Lisboa: Diário da República.
- Neto, A., 1999. *Código Civil Anotado*. Lisboa: Ediforum, Edições Jurídicas.
- Observador, 2017. *Jornal Observador*. [Online] Available at: <http://observador.pt/explicadores/aeroporto-no-montijo-o-que-ja-sabemos-e-o-que-falta-saber/12-e-ha-consenso-sobre-a-solucao-portela-mais-montijo/> [Acedido em 23 04 2017].
- Pimentel, P., 2017. ER2 [Entrevista] (16 FEV 2017).
- Porto Editora, 2002. *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora.
- Quivy, R. & Campenhaut, L. V., 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramalho, J. M., 2012. *Rentabilização das Infraestruturas dos Ramos numa Ótica de Gestão e Comando Conjunto dos Meios*. Lisboa: IESM.
- Ramos, N. J. A. d., 2008. *Parcerias público.privadas no apoio à missão*. Lisboa: IESM.
- Rebelo, H., 2017. *Base Aérea n.º 6* [Entrevista] (30 JAN 2017).
- Repartição do Património, 1934. *Decreto n.º 23465 de 18 de janeiro*. Lisboa: Diário do Governo.
- Secretaria de Estado do Tesouro, 1970. *Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março (Alienação de Bens Imóveis do Domínio Privado do Estado)*. Lisboa: Diário do Governo.
- Sousa, M. R. d. & Matos, A. S. d., 2008. *Contratos Públicos - Direito Administrativo Geral Tomo III*. Lisboa: Dom Quixote.
- Touraine, A., 1982. *Pela Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Vaz, A. L., 2009. *A problemática da utilização das capacidade sobranse das Infra-Estruturas*. Lisboa: IESM.



Apêndice A — Modelo de Análise

PP	Conceitos	Dimensões	Componentes	Indicadores					PD	Hipóteses	
				Objetivos Comuns	Objetivos Negociados	Nível de Integração	Duração Negociada	Durabilidade			
Os modelos de cooperação civil-militar no âmbito da partilha de infraestruturas da Defesa são essencialmente relações de cooperação e/ou conflito?	Cooperação		Objetivos	Objetivos Comuns	Objetivos Negociados	Nível de Integração	Duração Negociada	Durabilidade	PD1	Os objetivos próprios dos intervenientes conduzem a relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito	
			Meios	Procura de adequação dos meios às necessidades da outra parte	Existem contactos frequentes	Nível de Partilha	Existência de tarifas definidas e partilhadas	Existência de Procedimentos internos específicos	PD2	Os meios adstrios conduzem a relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito	
			Resultados	Renegociação após ciclo de resultados	Existência de benefícios para ambas as partes	Criação de riqueza			PD3	Os resultados são percebidos pelos intervenientes como relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito	
	Conflito		Objetivos	Centrados nos interesses próprios	Existência de Objetivos conflitantes/ incompatíveis	Manifestação crítica quanto aos objetivos da outra parte	Manifestação crítica quanto aos pressupostos legais ou doutrinários			PD1	Os objetivos próprios dos intervenientes conduzem a relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito
			Meios	Existência de conflitos interpessoais, ainda que informais	Existência de Descontentamentos relativamente aos bens/meios envolvidos	Importância do Departamento Jurídico	Alteração dos termos do contrato durante a sua vigência	Incumprimento por não disponibilização meios/valor?	PD2	Os meios adstrios conduzem a relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito	
			Resultados	Apontar de responsabilidades mútuas	Rompimento do contrato devido a resultados	Manifestação pública de descontento quanto aos resultados	Agões Contencioso?		PD3	Os resultados são percebidos pelos intervenientes como relações caracterizadas pela elevada cooperação e baixo conflito	



Apêndice B — Respostas – Dimensão Cooperação - Objetivos

Objetivos		INDICADOR	Objetivos Comuns	Objetivos Negociados	Nível de Integração	Duração Negociada	Durabilidade		
		Questão	O modelo contempla a existência de objetivos comuns, diferentes da mera troca comercial?	Os objetivos do presente modelo foram negociados?	Com o atual modelo de cooperação, o nível de integração é primordialmente o análogo a vantagens econômicas dele decorrente?	A duração do modelo foi negociada?	O modelo tem caráter duradouro?		
Cíveis sem Protocolo / Praticado	Diretor Executivo da Agência RIA	4.5	1	1	1	1	0,5		
		DESCRITIVO	A refinanciarização dos espaços e equipamentos não poderá fazer esquecer o seu anterior uso, tanto mais que este consistiu far de diferenciação face a outros, conferindo-lhes uma identidade única e capacitando-os para melhor se posicionarem face a determinados nichos de mercado.	Não há parcerias com imposições, assim como não há parcerias sem condições, tudo sendo suportado pelo interesse comum e no respeito pelo diferente que se identifica nos objetivos.	Permanente cooperação	Necessarimente	Depende das decisões dos parceiros, que por sua vez devem ter em consideração a sustentabilidade económica das intervenções.		
		BOOLEANO	1	1	0,5	0,5	0,5		
		DESCRITIVO	INDUSTRIAL. Não se podem medir ou avaliar as suas vantagens, já que a diferenciação face a outros, conferindo-lhes uma identidade única e capacitando-os para melhor se posicionarem face a determinados nichos de mercado.	Dependendo dos projetos, que poderão ser pontuais, a médio ou a longo prazo, o interesse por exemplo no aproveitamento de equipamentos que se tornaram inúteis para as FA, são bem vindos para muitas ONES e poderão pontualmente referir as suas capacidades de intervenção, aqui com fatores económicos que por vezes tornam vantajosas as decisões.	0	0,5	Poderá ser negociada como é normal, ou então ser uma negociação pontual, que termina quando termina esse projeto.		
Militares com Protocolo / Estante	Média do Grupo	4	1	1	0,75	0,75	0,5		
		BOOLEANO	1	1	0	1	1		
		DESCRITIVO	IN MANUTENÇÃO DAS AERONAVES (UM OBJECTIVO COMUM) N.A. Pode embora o informante não o reconheça, como tal.	SÃO DECORRENTES DO CONTRATO ENTRE O ALGUSA WESTLAND PORTUGAL E ABBB MILITARY	Não	SIM, DECORRE/PREVISTO NO CONTRATO	SIM, DECORRE/PREVISTO NO CONTRATO		
		BOOLEANO	0	1	0,75	1	0,5		
		DESCRITIVO		São negociados	1 - Vantagens económicas e credibilidade institucional (prestação de serviço público no âmbito de cooperação para o desenvolvimento regional); 2 - Apenas a cooperação.	1	0,5	Tranquilo (mas sem ser muito fixo, prevista a saída de renúncia a qualquer momento, sem prejuízo para o Estado (A.D.)).	
		BOOLEANO	1	0,5	0,5	1	0,5		
		DESCRITIVO	No entanto não considero tal objetivo como primordial	Depende	0,6	1,0	0,7		
		BOOLEANO	3	1	0,5	0,5	0,5		
		DESCRITIVO	Seria Primordial - Nas seguintes áreas: SEGURANÇA TERRESTRE E AEREA; DIFUSÃO DA IMAGEM DE COOPERAÇÃO CIVIL - MILITAR; PROTEÇÃO AMBIENTAL.	Teriam que ser os objetivos da PAP	0,5	1	0,5		
		BOOLEANO	4,5	1	1	1	1	0,5	
Militares Relativamente ao Desaj. vel	Média do Grupo	4,25	1	1	0,75	1	0,5		
		BOOLEANO	1	1	0,75	1	0,5		
		DESCRITIVO	A utilização de instalações disponíveis em áreas da melhoria/reabilitação de outras (i.e. par.ilha de custos de sustentação).	Visão holística	Aprimeira opção talvez seja mais vantajosa para ambas as partes. A analisar caso a caso.	1	0,5	Transitório	
		BOOLEANO	4,5	1	1	1	0,5		
		DESCRITIVO	Garantir a permanente disponibilidade e prioridade das instalações para a função militar, bem como definição de regras de utilização e acesso.	0,8	0,8	1,0	0,5		
		BOOLEANO	4,1	1	1,0	0,8	1,0	0,5	
		BOOLEANO	3	1	0	1	1		
		DESCRITIVO	Sin embargo, os dados estão presentes no âmbito de atividade do agrupamento (1954) mas objetivos do Escadamento são negociáveis, preparar as crianças e jovens para serem melhores indivíduos e dotá-los de melhores capacidades para enfrentar as dificuldades da vida. Por esse motivo se eventualmente houvesse uma parceria com o setor privado, seria mais vantajosa para a comunidade em geral, do que a parceria com o setor privado em si.	Como já disse não está presente no âmbito de atividade do agrupamento (1954) mas objetivos do Escadamento são negociáveis, preparar as crianças e jovens para serem melhores indivíduos e dotá-los de melhores capacidades para enfrentar as dificuldades da vida. Por esse motivo se eventualmente houvesse uma parceria com o setor privado, seria mais vantajosa para a comunidade em geral, do que a parceria com o setor privado em si.	1	0,5	Poderá ser discutido, se o manter vier vantajoso para a FA, ao longo do tempo.		
		Cíveis Com Protocolo / Praticado	Diretora da Aerogare CMI das Lajes	3	1	1	1	0	1
				BOOLEANO	1	1	1	0	1



Apêndice C — Respostas – Dimensão Cooperação - Meios

Meios		INDICADOR	Procura de adequação dos meios às necessidades da outra parte	Existência de Contactos frequentes	Nível de Partilha	Existência de acordos definidos e partilhados	Existência procedimentos internos específicos	
CIMS sem Protocolo/ Desajvel	Diretor Executivo da Agência RTA	BOOLEANO 0,5	0	0	0,5	0	0	
		DISCRITIVO	Existem, por parte dos envolvidos, uma procura de ajustamento dos meios disponibilizados às necessidades da outra parte, de acordo com o que eventualmente for objeto de comunicações?	Existem contactos frequentes, ainda que informais e de carácter técnico, entre as partes envolvidas?	Partilha ou mera cedência?	Existem acordos pré-definidos e partilhados relativos à execução das atividades?	Existem procedimentos internos na sua entidade, escritos, relativos a tais atividades, que definam competências, de forma e prazos?	
	Oficial Operações e ANRS e Coordenador Unidade de Proteção CIVI	BOOLEANO 4	1	Os protocolos devem prever modelos de governança nos quais os parceiros se reconhecem.	1	Depende das negociações realizadas no âmbito da parceria.	0	1
		DISCRITIVO	Sempre.	Fundamental	0	Com a ideia em mente, mas com o MAI sim. Nunca excluímos essa possibilidade com a FA.	0,0	0,5
		MÉDIA DO GRUPO	2,3	0,5	0,5	0,8	0,0	0,5
		BOOLEANO 4	1	SIM EQUIPAMENTOS VÁRIOS COMO PONTES ROLANTES, APUS, FERRAMENTAS, ETC	Sim. Difícil	CEDIDAS, EXISTE UMA CLARA SEPARAÇÃO ENTRE O QUE ESTÁ A SER USADO PELA UNIDADE E PELAS EMPRESAS	Sim	1
		DISCRITIVO	0,5	Depende	0,5	NR	Depende	0,5
		BOOLEANO 3,1	1	Depende	Sim	Depende	Inviável	1
		DISCRITIVO	5	1	1	1	1	1
		BOOLEANO 4,0	2	0	0,8	1,0	0,5	0,8
Militares Relativamente ao Desajvel	BA6	BOOLEANO 2	0	0	0,5	0,5	0	
		DISCRITIVO	O informante considera como não aplicável. Pelo que se considera que nem pondera tal ajustamento.	Como pré-condição à partilha	Cedida, na medida da partilha	Exceção relativa à situação Montijo-Ponte	0	
	ER2	BOOLEANO 1,25	0,25	1	0	0	0	
		DISCRITIVO	Difícilmente	0,5	0,5	1	0	
	CIMFA	BOOLEANO 2,5	0,5	Depende	Depende	Depende	0	
		DISCRITIVO	1	1	0,5	0	0	
	BA11	BOOLEANO 2,5	1	1	1	0,5	0	
		DISCRITIVO	Sempre existiu flexibilidade de FAP no ajustamento dos compromissos assumidos. A FAP, não decorrendo a sua missão, é sempre parte do trabalho.	0,6	0,8	0,3	0,3	0,0
	CIMS Com Protocolo/ Praticado	Coordenador Grupo Baseiros Lajes	BOOLEANO 3	1	1	0	1	0
			DISCRITIVO	Sim sempre.	1	1	0	0
Diretora da Aergave CIVI das Lajes		BOOLEANO 5	1	1	1	1	1	
		MÉDIA DO GRUPO	4	1	1	0,5	1	0,5



Apêndice D — Respostas – Dimensão Cooperação - Resultados

Resultados		INDICADOR QUESTÃO	Renegociação após ciclo de resultados A renegociação do modelo está associada ou dependente dos resultados obtidos com a partilha?	Existência de benefício para ambas as partes No modelo existente ocorre benefício para ambas as partes?	Criação de riqueza Tal partilha gerou riqueza (tangível ou intangível) ou apenas benefício direto para cada uma das partes?
Civis sem Protocolo / Desejável	Director Executivo da Agência RTA	3.3	0 Necessariamente	1 Necessariamente	1 Teria que gerar riqueza
	Official Operações AANS e Coordenador Unidade da Proteção Civil	2.9	0.75 No caso de situações permanentes enquanto a vontade é de ambas as partes os próprios protocolos devem renovar-se automaticamente	0.75 Fundamental, não sendo no entanto equitativo	0 Benefício direto
Militares com Protocolo / Existente	Média do Grupo	3.1	0.5	0.9	0.5
	BA6	1.7	0	1	0 ABENSAO CUMPRIMENTO DO ESTIPULADO NOS CONTRATOS/ISS
	CFMFA	3.3	1	0.5	0.5 Depende
	BA11	1.7	0	1	0
	Média do Grupo	1.7	0.3	0.6	0.1
	BA6	2.5	0.5 Talvez	1	0
	ER2	3.3	1	1	0 Apenas benefício direto para ambas as partes
	CFMFA	3.3	0.5 depende	0.75	0.75 Apenas benefício direto para cada uma das partes.
	BA11	3.3	0.5	1.0	0.5 Preferencialmente
	Média do Grupo	3.1	0.6 Não obrigatoriamente, mas por princípio sim.	0.9	0.3 De preferência ambas.
Civis Com Protocolo / Praticado	Coordenador Grupo Escoletrow Lajes	3.3	0 Não tem havido renegociação, esta poderá e deverá existir se o Agrupamento for extinto e por esse motivo deixar de usar e necessitar de espaço.	1 Sim	1 Sim gera uma riqueza direta não mensurável sempre que os objetivos Escoletas são atingidos e a o mesmo tempo nalgumas circunstâncias benefício direto para a ambas as partes.
	Directora da Aerogare Civil das Lajes	5	1	1	1
	Média do Grupo	4.2	0.5	1.0	1.0



Apêndice E — Resposta – Dimensão Conflito - Objetivos

Objetivos		INDICADOR	Centrado nos Interesses Próprios	Existência de Objetivos conflitantes/ Incompatíveis	Manifestação crítica quanto aos objetivos da outra parte	Manifestação crítica quanto aos pressupostos e/ou premissas estabelecidas
C/Us Sem Protocolo/ Desajust	Diretor Executivo da Agência RTA	BOOLEANO DESCRITIVO	0	0	0	0
		BOOLEANO	Não. Tem de estar centrado no interesse comum.	Não.	Não	Não
	Oficial Operações AANIS e Coordenador Unidade de Proteção Civil	0,75	0,5	0	0	0,25
		DESCRITIVO	Melhor em prov do utilizador final. Objetivo de Missão	Sem interesse	Não	Basta aplicar a legislação e existir boas vontades aliadas a boas práticas.
Militares Relativamente ao pontilado	Média do Grupo	0,375	0,25	0	0	0,125
	BA6	1,25	1	0	0	0
		DESCRITIVO				
	CEMTEA	0	NR	NR	0	0
		DESCRITIVO				
	BALI	2,5	1	1	0	0
		DESCRITIVO		1 - Herdadas Versus Valores das taxais.		
	Média do Grupo	1,3	0,7	0,3	0,0	0,0
Militares Relativamente ao Desajust	BA6	2,5	0,5	1	na	0
		DESCRITIVO	NAO INTERESE NACIONAL ACMA DOS PARTICULARES/ARMOS			
	ER2	2,1	1	0,25	na	0
		DESCRITIVO		Não necessariamente		
	CEMTEA	0,8	0,5	0	na	0
		DESCRITIVO	Depende			
	BALI	1,7	0,0	1,0	na	0,0
		DESCRITIVO				
Média do Grupo	1,8	0,5	0,6	0,0	0,0	
C/Us Com Protocolo/ Pontilado	Coordenador Grupo Esportes Lajes	1,25	1	0	0	0
		DESCRITIVO	Só posso falar pela nossa parte e é sim.			
	Directora da Aerogare Civil das Lajes	2,5	0	0	1	1
Média do Grupo	1,9	0,5	0,0	0,5	0,5	



Apêndice F — Resposta – Dimensão Conflito – Meios

Meios		INDECADOR	EXISTÊNCIA DE CONFLITOS INTERPessoais, ainda que informais	EXISTÊNCIA DE DESEMPENHO RELACIONADO AO TRABALHO EM MEIOS E MODALIDADES	IMPORTÂNCIA DE PACTUAÇÃO JURÍDICA	ALTERAÇÃO DOS TERMOS DO CONTRATO DURANTE A SUA VIGÊNCIA	INCUMPRIMENTO POR NÃO ATUALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO
Civis Sem Protocolo	BOOLEANO	1,1	0	0	0,5		
	DISCRITIVO						
Oficial Operações ANRS e Coordenador Unidade de Proteção Civil	BOOLEANO	2,5	0	0	1		
	DISCRITIVO						
Militares Relativamente ao Protocolo	Média do Grupo	1,9	0	0,0	0,8	0	0,0
	B-66	2	0	0,0	1	0	0
	DISCRITIVO						
	BOOLEANO	0,5	0	0	0,5	0	0
	DISCRITIVO						
	BOOLEANO	1	0	0	0,5	0,5	0
	DISCRITIVO						
	Média do Grupo	1,2	0,0	0,3	0,7	0,2	0,0
	Comandante da B-66	2,5	0	0	1		
	DISCRITIVO						
Militares Relativamente ao Protocolo	BOOLEANO	5	NR	NR	1		
	DISCRITIVO						
	BOOLEANO	0	0	0	0		
	DISCRITIVO						
	BOOLEANO	0	0	0	0		
Civis Com Protocolo/Protocolo	Média do Grupo	1,9	0	0,0	0,5	0,0	0,0
	BOOLEANO	0	0	0	0	0	0
Militares, Associação de Direito Privado com Utilidade Pública	DISCRITIVO		Não, tanto quanto se relativamente ao meu tempo, últimos 17 anos e pelo que consigo perceber pelos registos e contatos com antigos Dirigentes e Ex-comandos as relações sempre foram bastante cordiais e pautaram-se sempre pela total ausência de conflitos.				
	BOOLEANO	3	0	1	1	1	0
Média do Grupo	1,5	0	0,5	0,5	0,5	0,5	0



Apêndice G — Respostas – Dimensão Conflito - Resultados

INDICADOR		Apontar de responsabilidades mútuas Fornam apontadas responsabilidades a outra parte por "mãos" resultadas?	Recompimento/ênfase do contrato devido a resultados Foi motivo de rompimento (iniciado) da partilha a verificação de mais resultados?	Manifestação pública de desacordo quanto aos resultados Ocorreram manifestações públicas (comunicação social, políticos, terceiros) de desconforto quanto aos resultados ou operacionalização de tal partilha?	Ações Contenciosas Ocorreram situações de contencioso judicial?
Cíveis Sem protocolo / Descível	BOOLEANO	NA	1	0	1
	DESCRITIVO	NA	Se essa for uma das premissas do acordo de parceria.	Não. Tudo deve ser ponderado e decidido no seio da parceria.	Sim, se os termos dos acordos não forem respeitadas.
Militares Relativamente ao praticando	BOOLEANO	0,0	1,0	0,0	1,0
	DESCRITIVO	0	Sim	Resultam de má informação	Desde que haja motivo para tal.
Militares Relativamente ao praticando	BOOLEANO	0,25	1	0	0
	DESCRITIVO	0	SEM SEMPRE QUE FALTA A ENERGIA ELÉCTRICA, ÁGUA QUENTE, OU OUTRA SITUAÇÃO IDÉNTICA, É OBJECTO DE GESSÃO DOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO PORQUANTO OS FUNCIONÁRIOS CIVIS ABANDONAM O LOCAL DE TRABALHO POR FALTA DE CONDIÇÕES DE TRABALHO; CONSEQUÊNCIA – BAIXA DE PRONIDADE DE ABANDONAVES		
Militares Relativamente ao Descível	BOOLEANO	0,25	0	0,125	0
	DESCRITIVO	0,0	0	Sim. 2 - Ocorreram manifestações de Órgãos do Poder Local quanto à transferência dos meios para outros distritos.	0
Cíveis Com Protocolo	BOOLEANO	0,0	0,4	0,1	0,1
	DESCRITIVO	0	0	0	0
Média do Grupo		0	0	0,5	0



Apêndice H — Grelha de Entrevistas (Indicadores)

GRELHA DE ENTREVISTAS (PERGUNTAS E INDICADORES)							
C O O P E R A Ç Ã O	Objectivos	INDICADOR	Objectivos Comuns	Objectivos Negociados	Nível de integração	Duração Negociada	Durabilidade
		QUESTÃO	O modelo contempla a existência de objectivos comuns, diferentes da mera troca comercial?	Os objectivos do presente modelo foram negociados?	Com o actual modelos pretendeu-se a cooperação ou primordialmente o acordo e vantagens economicas dele decorrente?	A duração do modelo foi negociada?	O modelo tem carácter duradouro?
	Meios	INDICADOR	Procura de adequação dos meios às necessidades da outra parte	Existência de Contactos frequentes	Nível de Partilha	Existencia tarefas definidas e partilhadas	Existência procedimentos internos específicos
		QUESTÃO	Existiu, por parte dos envolvidos, uma procura de ajustamento dos meios disponibilizados às necessidades da outra parte ou em prol de eventuais objectivos comuns?	Existem contactos frequentes, ainda que informais e de caracter técnico, entre as partes envolvidas?	A infraestrutura da FAP é efetivamente partilhada ou foi predominantemente cedida?	Existem tarefas pré-definidas e partilhadas entre as partes envolvidas relativamente à execução dos modelos adotados?	Existem procedimentos internos na sua entidade, escritos, relativos a tais partilhas que definam competências, doutrina e outros?
	Resultados	INDICADOR	Renegociação após ciclo de resultados	Existência de beneficio para ambas as partes	Criação de riqueza		
		QUESTÃO	A renegociação do modelo está associada ou dependente dos resultados obtidos com a partilha?	No modelo existente ocorre beneficio para ambas as partes?	Tal partilha gerou riqueza (tangível ou intangível) ou apenas beneficio direto para cada uma das partes?		
C O N F L I T O	Objectivos	INDICADOR	Centrados nos interesses próprios	Existencia de Objectivos conflituantes/ incompatíveis	Manifestação critica quanto aos objectivos da outra parte	Manifestação critica quanto aos pressupostos legais ou doutrinários	
		QUESTÃO	O actual modelo está centrado no interesse próprio de cada entidade?	Existem objetivos conflituantes (valor da troca, valor do bem)?	Ocorrem manifestações críticas (ainda que por terceiros) quanto aos objetivos da outra parte?	Existe manifestação critica quanto ao enquadramento legal dos modelos em vigor?	
	Meios	INDICADOR	Existencia de conflitos interpessoais, ainda que informais	Existencia de descontentamento relativamente aos bens / meios envolvidos	Importância do departamento jurídico	Alteração dos termos do contrato durante a sua vigência	Incumprimento por não disponibilização meios/valor
		QUESTÃO	Ocorrem/ocorreram conflitos interpessoais entre os envolvidos? Ainda que informalmente? Personalização do conflito?	Existência de apontamentos, observações ou queixas quanto à qualidade/quantidade dos meios disponibilizados pela outra parte?	O Departamento Jurídico das entidades envolvidas tem a ultima palavra (antes da final decisória) quanto ao formato dos modelos a instituir?	Existem/Existiram pedidos de alteração dos termos da partilha durante a sua vigência e antes dos momentos previstos?	Ocorreram situações de incumprimento?
	Resultados	INDICADOR	Apontar de responsabilidades mútuas	Rompimento/ameaça do contrato devido a resultados	Manifestação publica de desacordo quanto aos resultados	Ações Contencioso	
		QUESTÃO	Foram apontadas responsabilidades à outra parte por “maus” resultados?	Foi motivo de rompimento/ (ameaça de) da partilha a verificação de maus resultados?	Ocorreram manifestações publicas (comunicação social, políticos, terceiros) de desconforto quanto aos resultados ou operacionalização de tal partilha?	Ocorreram situações de contencioso judicial?	

**Apêndice I — Protocolos em Vigor na Força Aérea**

LOCALIDADE/REGIÃO	UNIDADE	Imóvel	Entidade externa	Data celebração	Contrapartidas	Prazo de Vigência
ALCOCHETE	CTA	Carreira de Tiro	Exército	23/05/1996		
ALCOCHETE	CTA	CTA – Carreira Tiro	Armada	25/01/1999		
ALVERCA	DGMFA	Aérodromo	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA)	16/05/1997	Encargos benefic. Pista	
ALVERCA	DGMFA	Aérodromo	OGMA	01/12/2004	Taxas de utilização	30 anos
ALVERCA	DGMFA	Aérodromo	Aeroclube de Alverca do Ribatejo (ACAR)	03/07/1998		
ALVERCA	DGMFA	Instalações	OGMA	20/dez/11		
BEJA	BA11	Instalações	AAFAMIC	04/07/1996	Encargos funcionamento	
CABEÇA GORDA		Serra dos Candeeiros	Rádio Maior	18/11/1998	Encargos funcionamento	
ILHA SANTA MARIA	CZAA	Pico Alto	RTP	05/05/1995		
ILHA SANTA MARIA	CZAA	Pico Alto	Electricidade dos Açores	31/08/1998		
ILHA SANTA MARIA	CZAA	Pico Alto	PSP	21/07/1998		
ILHA SANTA MARIA	CZAA	Pico Alto	Associação de RadioAmadores dos Açores	07/06/1999	Encargos funcionamento	
ILHA SANTA MARIA	CZAA	Pico Alto	Direção Regional dos Recursos Florestais – Açores	07/06/1999	Encargos funcionamento	
ILHA SANTA MARIA	CZAA	Pico Alto	José Alvaro Teodoro	07/06/1999	Encargos funcionamento	
ILHA SANTA MARIA	CZAA	Pico Alto	Mário Jorge Aguiar Batista	07/06/1999	Encargos funcionamento	
ILHA SANTA MARIA	CZAA	Pico Alto	Táxis José Pacheco & Filhos, Lda	05/04/1999	Encargos funcionamento	
ILHA SANTA MARIA	CZAA		Vodafone	13/abr/15		
ILHA TERCEIRA	BA4	Aérodromo	Direção Geral de Aeronáutica Civil	30/04/1971	Taxas utilização	
ILHA TERCEIRA	CZAA	Serra do Cume	Rádio Televisão de Portugal (RTP)	17/09/1990	Encargos manutenção	
ILHA TERCEIRA			LOTAÇOR	11/06/1992		1 ano
ILHA TERCEIRA	BA4	Aérodromo	Aero Clube da Ilha Terceira	14/01/1997	Taxas utilização	
ILHA TERCEIRA	CZAA	Serra do Cume	Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores	04/06/1998		10 anos
ILHA TERCEIRA	BA4	Edifício	TELECEL	06/08/1998	100.000\$00/mês	
ILHA TERCEIRA	BA5	Edifício	TMN	03/08/1998	100.000\$00/mês	
ILHA TERCEIRA	CZAA	Edifício	Corpo Nacional Escutas – Grup. 672	07/06/1999	Encargos funcionamento	
ILHA TERCEIRA	CZAA	Imóvel	João Gabriel Neves Miranda	15/06/1999		
ILHA TERCEIRA	CZAA	Serra do Cume	Cruz Vermelha Portuguesa	10/10/2000		
ILHA TERCEIRA	BA4	Infraestrutura Aeronáutica	USAF	27/jul/16		
MONTIJO	BA6	Instalações	Vodafone	13/abr/15		
PORTO	CRFA	Instalações	Associação de Especialistas da Força Aérea	03/05/1998		
SERRA DA ESTRELA		Instalações da Torre	GNR	02/06/1986		
SINTRA	BA1	Instalações	Serviço Nacional Proteção Civil (SNPC)	11/02/1994	Encargos funcionamento	



Apêndice J — Conceitos Estruturantes

Da revisão da literatura efetuada e considerando o atual estado da arte, revelou-se como de extrema importância fixar a base conceptual, definindo os conceitos que se apresentam de seguida, tendo-se procurado, para uma possível integração dos vários temas sobre o presente assunto, utilizar pelo menos, quando disponíveis, os elementos constitutivos, das definições conceptuais presentes nas investigações anteriores do fenómeno lato da Partilha de Infraestruturas de Defesa, sem prejuízo de outros que se revelem no decurso da presente investigação e que se fará oportuna definição.

Infraestruturas de Defesa

Define o *Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora* (Editora, 2016), Infraestrutura Militar como o “conjunto de instalações e equipamentos necessários à atividade de forças militares”. Pelo que contém como elementos estruturantes, o facto de serem definidas em sentido lato de instalações e equipamentos (quaisquer que sejam e não apenas o conjunto de elementos que suportam uma estrutura de construção civil, numa aceção de Engenharia), aproximando-se da definição económica, centrando-se a definição na questão da utilidade.

Tal sentido é transversal às várias abordagens sobre o tema, sendo aqui de chamar à colação a definição que o *Código de Justiça Militar* (Assembleia da República, 2003) atribui, entendendo-se como tal o quartel-general, quartel, base, posto ou qualquer outra área ou infraestrutura que se destine, temporária ou permanentemente, a qualquer tipo de serviço ou função militar.

Nesse sentido, é indissociável da caracterização de infraestrutura militar o facto de serem instalações e equipamentos necessários à atividade militar. Pelo que se exclui da definição e do âmbito do presente trabalho de investigação todas as instalações que estando ainda afetas ao domínio público militar se encontram em processo de rentabilização por se considerarem como instalações de capacidade sobrança (Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, 2015) logo não necessários à atividade das forças militares.

Partilha de Infraestruturas da Defesa

Torna-se assim facilitada a definição de Partilha no âmbito do presente trabalho, pois a mesma terá que contemplar o facto de as infraestruturas em apreço e a considerar terem que manter a sua utilidade e necessidade militar. Nesse sentido, não devem ser contemplados como referência os modelos de rentabilização previstos na *Lei das Infraestruturas Militares* (Assembleia da República, 2015).



Partilhar, segundo o já supracitado *Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora* (Editora, 2016), é definido de forma múltipla, agregando tanto o ato de repartir, distribuir, como comunhão de sentimentos sobre a mesma realidade.

Pelo que se adere ao seguinte conceito “O conceito de utilização partilhada para os fins deste trabalho é o da utilização de imóveis do Estado, afetos ao MDN (disponibilizados ou não pelos Ramos das FFAA), no seu todo ou partes, mas em que o MDN não considera a sua desafetação, por questões de ordem patrimonial (classificação do imóvel), ou por considerar que deverá ser potencialmente utilizável pela Defesa no futuro.” (Marques, 2012)

Cooperação

Chegados aqui, finalizaremos com a abordagem à Cooperação que estruturará o conceito do nosso tema, enquanto ponto final de definição triangular Infraestrutura-Partilha-Cooperação que enquadrará a conceção e entendimento do Tema do Presente Trabalho “Modelos de Cooperação Civil-Militar na utilização das Infraestruturas da Defesa”

Assim, cooperação será o ato de colaborar para a realização de um projeto comum, ato de unir esforços para a resolução de um assunto ou problema, facilitando os meios práticos para o conseguir.

Conflito

Definiremos como conflito ao processo externo (relação social) originado pela desigualdade de meios e interesses de cada um dos atores que intervém numa relação de partilha de infraestruturas de defesa, assumindo-se que será tanto maior quanto mais dispares sejam os seus objetivos e interesses e quanto menores forem as possibilidades de se conciliar. (Porto Editora, 2002).

Uma conceptualização do tema

Pelo que nos encontramos em condições de avançar para a fixação da definição do conceito que é o tema do presente trabalho “modelos de cooperação civil-militar na utilização de infraestruturas da defesa”, como sendo o esquema teórico representativo da forma como as entidades militares e civis (publicas ou privadas), recorrem à utilização de instalações e equipamentos militares com vista à realização de um projeto comum.



Apenso A — Nota n.º 021438 do GABVCEMFA de 13NOV2015

COMANDO DA ZONA AÉREA DOS AÇORES
SECRETARIATO DO COMANDO

Entrada N.º 3359 Data 18 NOV 15

Processo

DISTRIBUIÇÃO	A	I	DISTRIBUIÇÃO	A	I
CAI	X		CEM	X	
RFP			REPOP	X	
RCC LA LIS			RLPFC	X	
RADIO LAIS			BA4	X	
SICTAM					

Boa
Coordenar no posto a solicitação
Bsa

NÃO CLASSIFICADO

VISTO
O COMANDO DA ZONA AÉREA
Bsa

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
FORÇA AÉREA
Gabinete do Vice-Chefe do Estado-Maior

Em resposta: N.º 021438 13NOV15 P.º 02/15

Para: COMANDO DE PESSOAL DA FORÇA AÉREA
COMANDO DA LOGÍSTICA DA FORÇA AÉREA
COMANDO AÉREO
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA
DFFA/SERVIÇO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FORÇA AÉREA
UNIDADE DE APOIO DE LISBOA

Conh.: DIVCSI

- N/COMPLEXO
- N/COMPLEXO
- MONSANTO
- SINTRA
- N/COMPLEXO
- N/COMPLEXO
- N/COMPLEXO
- N/COMPLEXO

Assunto: CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES A ENTIDADES ESTRANHAS À FORÇA AÉREA PARA EFEITOS DE COMUNICAÇÕES E RESPECTIVOS PROTOCOLOS.

1. A Força Aérea disponibiliza regularmente espaços nas suas instalações, a entidades exteriores, para que estas possam efetuar a instalação de equipamentos de comunicações.
2. Tal cedência deve ser autorizada superiormente e serem estabelecidos protocolos ou outras formas de autorização/formalização.
3. Têm surgido situações que levantam questões quanto à atualidade dos protocolos respetivos, destes não estarem a ser aplicados e mesmo da sua inexistência.
4. Também se tem verificado que os procedimentos utilizados para a obtenção de autorizações e estabelecimento desses protocolos têm sido os mais díspares.
5. De forma a poder-se regularizar e padronizar todas estas situações, pretende-se numa primeira fase proceder a uma inventariação da atual situação no que se refere às instalações deste tipo de equipamentos e dos protocolos existentes.
6. Nesse sentido, encarroga-me S. Ex.ª o TGEN Vice-CEMFA de solicitar aos destinatários, que até 15 de dezembro de 2015, procedam ao envio de listagens com a inventariação das instalações deste tipo que possuem e/ou informação sobre os protocolos estabelecidos ou outro tipo de autorização/formalização e se se encontram em vigor.

BOA COORDENAÇÃO COM TODAS AS UN NA DEPENDÊNCIA DO CA
GA REALIZA ELEMENTO DESTAS INSTALAÇÕES NÃO CLASSIFICADO

ENTRADA Nº 35238
DATA 16/NOV/2015

COMANDO DA ZONA AÉREA
SECRETARIATO DO COMANDO

CAI	X			
CEM	X			
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				
RLPFC				
BA4				
CAI				
CEM				
REPOP				